



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Instituto Multidisciplinar em Saúde
Campus Anísio Teixeira



Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde

NATIENE RAMOS FERREIRA DA SILVA

Racismo Institucional e Vivência Universitária: reflexões sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas em uma universidade pública

**Vitória da Conquista, BA
2022**

NATIENE RAMOS FERREIRA DA SILVA

Racismo Institucional e Vivência Universitária: reflexões sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas em uma universidade pública.

Trabalho de conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, Instituto Multidisciplinar em Saúde, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

Linha de Pesquisa: Práticas Clínicas e Saúde Mental

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suely Aires Pontes

Vitória da Conquista -Bahia

2022

SILVA, Natiene Ramos Ferreira da

Racismo institucional e vivência universitária: reflexões sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas em uma universidade pública / Natiene Ramos Ferreira da Silva. – Vitória da Conquista, 2022.

117 f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Suely Aires Pontes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto Multidisciplinar em Saúde, Programa em Psicologia, 2022.

1. Saúde Mental. 2. Racismo. 3. Universidade Pública. 4. Estudantes.
I. Universidade Federal da Bahia. Instituto Multidisciplinar em Saúde. II. Pontes, Suely Aires. III. Título.

CDU: 613.86:323.14



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE
(PPGPS)

ATA Nº 14

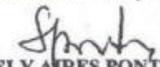
Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE (PPGPS), realizada em 12/12/2022 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA DA SAÚDE no. 14, área de concentração PSICOLOGIA DA SAÚDE, do(a) candidato(a) NATIENE RAMOS FERREIRA DA SILVA, de matrícula 2019135645, intitulada Racismo Institucional e Vivência Universitária: reflexões sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas em uma universidade pública. Às 14:00 do citado dia, IMS-UFBA Plataforma Virtual Zoom, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof.ª. Dra. SUELY AIRES PONTES que apresentou os outros membros da banca: Prof.ª. Dra. ELIANE SILVIA COSTA e Prof.ª. Dra. JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.


Dra. JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES. UFBA

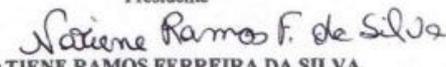
Examinadora Externa à Instituição


Dra. ELIANE SILVIA COSTA, UFBA

Examinadora Externa ao Programa


Dra. SUELY AIRES PONTES. UFBA

Presidente


NATIENE RAMOS FERREIRA DA SILVA

Mestrando(a)

Dedicatória

Dedico este trabalho:

Aos estudantes negros e quilombolas que mesmo diante de tantas adversidades reinventam constantemente estratégias para sustentar os seus direitos e continuar na academia.

À Victória Pereira, estudante do curso de Psicologia e integrante do Grupo de Trabalho e Estudo Interdisciplinar de Saúde da População Negra do IMS-CAT/UFBA, que nos deixou tão precocemente em 2020. A lembrança da sua presença é constante.

Agradecimentos

Esta é a última parte que escrevo desta dissertação, confesso que já sem tanto fôlego, questionei-me sobre o que escrever como agradecimento. Não queria apenas inserir palavras sem senti-las como verdadeiras, por isso, revisitei em minha memória o início da minha trajetória em Vitória da Conquista, como servidora pública da Universidade Federal da Bahia. E, diante dessa memória, fui impulsionada a relembrar meu início na graduação de Psicologia, também na UFBA, mas em Salvador.

Foram muitos caminhos até chegar aqui, caminhos nem sempre suaves, mas repletos de apoio e carinho. A vida não é fácil, com toda certeza; ela é cercada de desafios, mas quando inter-relacionamos fatores de gênero, raça e classe, por exemplo, as barreiras que incidem na vida dos sujeitos ganham outra dimensão que interferem no acesso a espaços de poder, na formulação de sonhos e na autorização para vivê-los.

Sonhar em estar na universidade nunca foi um lugar de incerteza para mim, mesmo quando não via no meu bairro ou na minha família pessoas negras e pobres inseridas nesse espaço. Acreditar ser possível ter uma formação universitária vem sobretudo do esforço e dedicação de meus pais:

Meu pai, Levi Ramos, que atualmente trabalha como marceneiro e, em sua juventude, teve o apoio de meu avô para continuar a estudar e pôde sonhar em cursar medicina, mas, por diversas questões, optou por trabalhar.

Minha mãe, Ivone Ferreira, que exerceu durante muitos anos a profissão de auxiliar de escritório e abriu mão do emprego formal para se dedicar à minha educação e à de meu irmão e, a partir dessa decisão, começou a trabalhar conjuntamente com meu pai em seu negócio, além também de se responsabilizar pelas tarefas domésticas.

Quando acentuo que foram muitos os caminhos para chegar até aqui, quero dizer que muitos deles não foram percorridos por mim, mas pelos meus mais velhos e pelos meus ancestrais próximos e distantes. Pelo caminhar de tantos, é que se torna possível para mim fazer parte do território acadêmico.

Então agradeço, sobretudo, àqueles que estão, estiveram e continuam comigo nessa jornada, àqueles que estão encarnados e tantos outros que não habitam mais esse plano. Em muitos momentos não estive consciente de que carregava o desejo pela universidade não só por mim, mas por tantos outros que vieram antes, por aqueles que estão ao meu lado e por aqueles que ainda virão.

Dizer que só Deus sabe o que foi o primeiro semestre na UFBA é uma injustiça, pois meus pais se recordam muito bem da quantidade de vezes que falei em desistir do curso e a quantidade de vezes que sustentaram que eu conseguiria. Sou muito honrada por ter a família que tenho. Perfeita? Obviamente não, mas presente.

Sou uma mulher negra, mãe de um menino de dois anos e oito meses, casada com um homem negro, psicóloga, especialista em Saúde da Família pela Universidade Federal de Sergipe e mestra em Psicologia da Saúde pela UFBA. São muitos os papéis que me atravessam e que efetivamente afetaram a maneira que trilhei mais essa etapa da minha trajetória acadêmica, escutando e acolhendo as sombras para poder olhar e legitimar a luz.

Nessa jornada, muitas outras pessoas se fizeram presentes e agradeço verdadeiramente pelo companheirismo e pela aprendizagem que me proporcionam. Agradeço ao Grupo de Trabalho e Estudo Interdisciplinar de Saúde da População Negra do IMS-CAT/UFBA, coordenado por mim, pela construção de sentido e pertença em uma nova cidade e pela grande aprendizagem nesses quase quatro anos. Nós somos potentes!

Agradeço, especialmente, a Flavia Rosário, Herbert Luan e Júlia Paixão pelo auxílio na coleta de dados. Agradeço a minha colega Fernanda David pelo incentivo constante durante o mestrado e pela atenção desde minha chegada a Conquista.

Agradeço a Viviane Martins pelo apoio e compartilhamento das angústias: foi uma honra ter encontrado nessa pós-graduação a minha amiga de graduação. Admiro a sua dedicação e intelectualidade. Agradeço a Talita Moreira pelo apoio emocional e olhar atento na etapa final desse mestrado.

A Afya Psicologia por ser espaço de riso, aprendizagem e afirmação da nossa intelectualidade. Com vocês, vejo para além do que minha vista consegue alcançar. Axé para nós!

Agradeço ao meu irmão, Levi Filho, por mesmo distante estar presente e atento para acolher as minhas dúvidas sobre investimentos e me fazer refletir aspectos que ainda não tinha me dado conta.

Agradeço ao meu companheiro, João Batista, por ter ficado, mesmo nos momentos em que tentei afastá-lo, por ter tido paciência em meu processo de conhecimento da espiritualidade e por fazer uma série de afirmações positivas sobre mim. Te amo. Te admiro grandemente e aprendo constantemente com sua sabedoria.

Esse estudo também pôde ser concretizado pois contei com auxílio de grandes mulheres no cuidado de meu filho, Ayô. Raquel Souza, Jade Souza, sou grata pela presença de vocês.

Ayô, a maternidade é meu grande desafio e tenho tentado fazer o melhor que posso. Agradeço por você ser esse menino alegre, aventureiro e amável.

Agradeço a Suely Aires pela dedicação, atenção, paciência e por acreditar na potência deste estudo!

Agradeço a Deus pai todo poderoso, a mãe Iara, a Iemanjá, ao reino de Jurema, aos cavaleiros de Oxóssi, aos que cuidam de mim e guardam nas diversas jornadas de minha vida.

Resumo

As pesquisas sobre saúde mental no ambiente universitário por vezes não levam em consideração aspectos sociais que influenciam na vivência acadêmica dos estudantes, a exemplo, do racismo, machismo e LGBTfobia. A negligência desses fatores impede que as políticas universitárias de permanência e de promoção de saúde mental contemplem a realidade experienciada pelos diversos sujeitos que compõem a universidade. O racismo, como fenômeno estruturante da sociedade brasileira, estabelece privilégios e desvantagens com base na identificação racial dos sujeitos e se reproduz também no âmbito institucional. Desse modo, impacta no acesso a recursos materiais e simbólicos de pessoas não brancas em diferentes contextos, o que inclui a universidade. Com base nessa compreensão, este trabalho de conclusão tem como principal objetivo compreender como o racismo institucional influencia a permanência universitária e a saúde mental de estudantes negros e quilombolas na universidade. Como objetivos específicos, busca: a) descrever como o sofrimento psíquico decorrente do racismo institucional afeta a vida emocional, social, psicológica e a formação dos estudantes negros e quilombolas; b) identificar estratégias de enfrentamento ao racismo institucional construídas pelos discentes; c) elaborar estratégias que permitam o acolhimento e a solução de situações discriminatórias na universidade; d) instrumentalizar a universidade para combater o racismo institucional e seus efeitos na saúde mental da comunidade universitária. O presente trabalho integra a linha de pesquisa *Práticas Clínicas e Saúde Mental* do Programa de Pós-Graduação Profissional de Psicologia da Saúde do IMS/UFBA e está estruturado a partir da produção de quatro produtos: três artigos e a proposição de um programa de extensão que reafirma o compromisso social da universidade com a oferta de um serviço que visa enfrentar desigualdades raciais existente na instituição. O primeiro artigo, de cunho teórico, se propõe a refletir sobre os impactos do racismo no processo de sofrimento psíquico em universitários negros e utiliza como referência os estudos de intelectuais negros e negros. Discute como o racismo institucional organiza as relações nas instituições de ensino e considera que sua identificação pode produzir a desnaturalização das violências e a quebra de mecanismos de silenciamento. Conclui pela relevância de historicizar as conquistas do povo negro. No segundo artigo é proposta uma revisão bibliográfica por meio da utilização combinada das palavras-chave: estudantes negros, permanência universitária, universidade, relações étnico-raciais e cotas nas plataformas: SciElo, LILACS e Banco de Teses e Dissertações CAPES. Tem como objetivo discutir como o racismo institucional pode influenciar a permanência de estudantes negros e quilombolas na universidade. Os dados foram organizados em duas categorias: estratégias estudantis para permanência na universidade e programas institucionais para permanência de estudantes, sendo possível apreender estratégias formais e informais de enfrentamento ao racismo institucional. Foi possível identificar a necessidade de desenvolvimento de políticas universitárias que considerem aspectos étnico-raciais de modo a combater o racismo institucional. O terceiro artigo tem como objetivo apresentar o resultado da pesquisa realizada com os estudantes autodeclarados negros e quilombolas do Instituto Multidisciplinar em Saúde, *campus* Anísio Teixeira, da Universidade Federal da Bahia (IMS-CAT/UFBA), em Vitória da Conquista. Foi realizado um estudo qualitativo, descritivo no período de agosto a outubro de 2021, quando foram realizadas oficinas *online* com alunos de diversos cursos. A análise das oficinas permitiu concluir que o racismo institucional é vivenciado de forma direta por meio do epistemicídio e da discriminação em decorrência da pertença quilombola, bem como se apresenta de forma indireta por meio da limitada informação a respeito da política de ações afirmativas. Concluímos, então, pela necessidade de investimento em um programa de permanência que atrele fatores de ordem financeira e psicossocial ao enfrentamento do racismo institucional e que envolva toda a comunidade acadêmica. Em seguida, apresentamos

a proposta de um programa institucional para acolhimento de estudantes negros e quilombolas na universidade e para enfrentamento do racismo institucional que, como produto técnico decorrente da pesquisa, visa instrumentalizar a universidade para combate ao racismo. O impacto científico e social dessa pesquisa refere-se à produção de conhecimento sobre os efeitos do racismo na saúde mental de estudantes, ampliando tais discussões no âmbito da psicologia, e à possibilidade de realização de ações concretas de combate ao racismo no espaço da universidade.

Palavras-Chave: Universidade, Política de Ações Afirmativas, Saúde Mental, Permanência, Estudantes.

Abstract

Research on mental health in the university environment sometimes disregards social aspects that influence the students' academic experience such as racism, sexism and LGBTphobia. Neglecting these factors prevents university policies of permanence and promotion of mental health from comprising the reality experienced by the many subjects that make up the university. Racism, as a structural phenomenon of the Brazilian society, establishes privileges and disadvantages based on the racial identification of the subjects, and is also reproduced in the institutional sphere. Thus, it impacts the access to non-white people's material and symbolic resources in different contexts, including the university. Based on this understanding, the main objective of this dissertation is to understand how institutional racism influences permanence and the mental health of black and *quilombola* students at the university. As specific objectives, it seeks to: a) describe how mental suffering resulting from institutional racism affects the emotional, social and psychological life and the training of black and *quilombola* students; b) identify coping strategies against institutional racism built by students; c) design strategies that allow the welcoming and solution of discriminatory situations at the university; d) equip the university to fight institutional racism and its effects on the university community's mental health. This work is part of the Clinical Practices and Mental Health research line of the Professional Graduate Program in Health Psychology at IMS/UFBA and is structured from the production of four products: three articles and the proposition of an extension program that reaffirms the social commitment of the university with the offer of a service that aims to face racial inequalities existing in the institution. The first article, theoretical in nature, aims at reflecting on the impacts of racism on the process of mental suffering in black university students, and uses as reference the studies of black scholars. It discusses how institutional racism organizes relationships in educational institutions, and considers that its identification may give rise to the denaturalization of violence and the breaking of silencing mechanisms. It concludes by stating the relevance of historicizing the achievements of black people. The second article proposes a literature review through the combined use of the keywords: black students, university permanence, university, ethnic-racial relations and quotas on the following platforms: SciELO, LILACS and CAPES Theses and Dissertations Databank. It aims at discussing how institutional racism may influence the permanence of black and *quilombola* students in the university. Data were organized into two categories: student strategies for permanence in the university and institutional programs for permanence of students, being possible to apprehend formal and informal strategies to confront institutional racism. We could identify the need for developing university policies that consider ethnical-racial aspects in order to fight institutional racism. The third article aims at presenting the results of the research conducted with self-declared black and *quilombola* students of the Multidisciplinary Institute of Health, Anísio Teixeira Campus, Federal University of Bahia (IMS-CAT/UFBA), in Vitória da Conquista. A qualitative, descriptive study was conducted from August to October 2021, when online workshops were held with students from several courses. The analysis of workshops allowed us to conclude that institutional racism is experienced directly through epistemicide and discrimination due to belonging to the *quilombola* people, as well as indirectly through limited information about the policy on affirmative actions. We conclude, then, for the need to invest in a permanence program that links financial and psychosocial factors to the coping with institutional racism, involving the entire academic community. Then, as a product resulting from a professional Master's degree, we present the proposal of an institutional

welcoming program for black and *quilombola* students at the university. The scientific and social impact of this research refers to the production of knowledge about the effects of racism on students' mental health, expanding such discussions in the field of psychology, and the possibility of carrying out concrete actions to combat racism in the university space.

Keywords: University, Affirmative Action Policy, Mental Health, Permanence, Students.

Sumário

Apresentação	11
Atravessamentos do não saber no corpo negro: impactos do racismo na saúde mental de universitários negros.....	24
Resumo.....	24
Introdução.....	24
Método	26
Resultado e Discussão	26
Considerações Finais.....	37
Permanência universitária e racismo institucional: uma revisão de literatura	40
Resumo.....	40
Introdução.....	40
Metodologia	42
Resultados	43
Discussão.....	44
a) Estratégias estudantis para a permanência na universidade	46
b) Programas Institucionais para Permanência de Estudantes.....	51
Considerações finais.....	54
Perigo é não olhar: influência do racismo institucional na vida universitária.....	58
Resumo.....	58
Introdução.....	58
Procedimentos metodológicos.....	60
Resultado.....	62
Discussão.....	64
Ona: perspectivas para o ingresso e permanência estudantil.....	64
Oju: cadê os negros da universidade?.....	67

Ebun: permanência universitária, saúde mental e racismo institucional	70
Permanência Universitária.....	70
Serviço de Psicologia IMS-CAT/UFBA e Saúde Mental Universitária	73
Racismo Institucional.....	74
Considerações finais.....	80
ORI: programa institucional de pesquisa, acolhimento e fortalecimento de estudantes negros e quilombolas do IMS-CAT/UFBA	84
Estruturação.....	87
Considerações finais	91
Abre caminho!.....	91
Referências.....	97
Apêndices.....	110
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	110
Apêndice B - Termo de autorização de uso de imagem e depoimentos	113
Apêndice C - Questionário sociodemográfico	114
Anexo A.....	115
Anexo B	115

Apresentação

A produção de uma pesquisa científica não está dissociada do lugar existencial, social e político de quem a faz. A Física Quântica já sinaliza há algum tempo que mesmo nas áreas exatas, em que há um controle maior das variáveis, a presença do pesquisador produz um efeito naquele campo de análise. Não é possível, portanto, falar de uma pesquisa puramente neutra ou objetiva, no sentido de haver uma separação rígida entre objeto e pesquisador (Murr, 2010). Sendo assim, “há estreita ligação entre objetividade e subjetividade na Ciência. Não se pode considerar objetividade e subjetividade separadamente; deve-se considerar uma continuidade entre elas para que se tenha uma ideia menos distorcida da prática científica” (Murr, 2010, p. 147).

Nos estudos sobre as relações raciais entende-se que a concepção de neutralidade científica é uma farsa metodológica utilizada para distinguir quem possui autorização para produzir conhecimento daqueles que não possuem (Kilomba, 2008/2019). A ciência, nessa configuração, tem seu aval de neutralidade produzido pela episteme branca, europeia, cisgênera e patriarcal que definirá os critérios de validade do conhecimento, sendo um deles a cor da pele de quem o produz. Muito embora esse aspecto não seja explícito, é possível notar o impacto desse conceito através do apagamento das produções de intelectuais negros.

Desta maneira, apresentar como surge essa pesquisa é uma decisão metodológica, mas sobretudo política. O tema desta pesquisa surge a partir da minha vivência como mulher negra, graduada em uma universidade pública na cidade de Salvador, Bahia, e, posteriormente, empossada como psicóloga clínica no serviço de psicologia da mesma instituição, mas no *campus* de Vitória da Conquista, onde presto atendimento psicoterapêutico a estudantes universitários.

Nascida nos anos 90, em Salvador, Bahia, a cidade mais negra fora do continente africano, e vinda de uma família nuclear negra, desde muito cedo fui ensinada que a universidade era o meu caminho. Esse discurso mostra-se contrário àquele presente no seio de famílias negras em que um membro ainda não tenha acessado o ensino superior. Sem saber o que seria o espaço acadêmico, para além da aquisição de um diploma que permitiria transitar nesta sociedade de uma forma diferente dos meus mais velhos, ingressei, em 2010, na universidade federal do meu estado, levando o sonho sustentado emocionalmente e financeiramente pela família.

Nesse período, esta instituição de ensino já havia completado cinco anos de adesão à política de ação afirmativa, ou seja, sete anos antes do estabelecimento do marco legal da obrigatoriedade de reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e pessoas com necessidades especiais nos cursos superiores das instituições públicas (Lei n. 12.711, 2012). Esse dado é importante para o entendimento de como essa universidade estava gerindo o ingresso de um público que até então não fazia parte de sua comunidade de maneira tão predominante.

Cunha (2017) sinaliza que, desde os anos 2000, os debates sobre as políticas de ações afirmativas faziam parte do cenário universitário da federal da Bahia. D. Santos (2009), por sua vez, considera que a Universidade Federal da Bahia já havia sido questionada a respeito do adiamento das discussões sobre a política de cotas e que a implementação dessa política ocorreu em um cenário marcado por tensões entre estudantes e policiais, discussões e invasões à reitoria, o que levou à construção de um programa de ações afirmativas na UFBA. Esse programa foi apontado por Pimentel (2013) como o mais completo programa de ações afirmativas, pois não se destinava apenas a pensar a forma de ingresso, mas estrutura-se em frentes que se articulam desde a preparação para a entrada na universidade até o período posterior à graduação.

Embora toda essa discussão já estivesse ocorrendo há algum tempo na universidade, algo fazia com que eu não me sentisse integrada naquele território. Uma docente apontou, em uma disciplina do primeiro semestre do curso, que aquela turma era composta por uma maior quantidade de pessoas negras até então, ainda que houvesse apenas quatorze pessoas negras em uma turma de quarenta estudantes. No entanto, esse cenário não era capaz de provocar em mim um sentimento de pertença à universidade.

Por vezes, os desencontros que aconteceram no curso geraram uma incerteza a respeito da escolha do curso de graduação. Alguns deles foram: o resultado da primeira prova que me fez questionar a competência para estar ali, mesmo toda a turma tendo tido um desempenho bem próximo; ou o desconforto sentido a cada momento em que desejava falar, tirar uma dúvida, mas não conseguia, pois acreditava que as pessoas achariam aquela questão insignificante. A dúvida se acentuou após a notícia de ter sido selecionada no vestibular da universidade estadual para cursar Fisioterapia. No entanto, após analisar o mercado de trabalho dos cursos, vi em Psicologia uma melhor oportunidade de inserção profissional e, por isso, optei por continuar essa graduação.

Em ambas as seleções requisitei o ingresso pelo sistema de reserva de vagas para negros: uma escolha feita de forma consciente, pois tive oportunidade de discutir sobre a importância dessa política como uma reparação social em um dos pré-vestibulares sociais que cursei. Mesmo após acessar discussões positivas sobre a política de ação afirmativa para negros, ainda não possuía recursos sociais e subjetivos para nomear o que sentia como sendo uma angústia decorrente do racismo estrutural.

A saída possível naquele momento para nomear a angústia foi através da tentativa de compreensão quanto à melhor escolha de graduação, assim busquei o serviço de psicologia da universidade com o propósito de iniciar uma orientação profissional. Pensar que a universidade não era um espaço para mim era impossível, já que havia entendido que estar

nesse espaço ultrapassava o meu desejo individual, mas carregava o sonho de realização de uma família.

No entanto, não cheguei a concluir o processo de orientação profissional, pois, restando poucas sessões para o término, entrei em contato com uma lembrança que não desejava desenvolver e solicitei o encerramento do atendimento. No entanto, a angústia sentida no espaço acadêmico continuou, por algum tempo, nomeada como escolha de curso inadequada. Vale salientar que o curso de Psicologia era o terceiro de maior concorrência da universidade naquele ano, assim como é um dos cursos historicamente mais elitizados e, conseqüentemente, mais brancos desta universidade. O movimento para construir sentido para permanecer na universidade fez com que eu me engajasse em atividades de extensão, pesquisa e monitoria, além do estágio extracurricular.

O acesso às discussões sobre racismo aconteceu inicialmente no terceiro semestre do curso, na disciplina de Psicologia Social, com o foco nos estudos sobre estereótipos e discriminação. Depois, na disciplina optativa de Psicologia Jurídica, através de um professor convidado que era representante do Conselho Regional de Psicologia e atuava no Grupo de Trabalho de Relações Raciais. Ao lembrar da aula nessa disciplina, consigo acessar o sentimento de constrangimento que vivi naquele dia, ao me ver como uma das poucas alunas negras presente na sala, pois sentia que as pessoas esperavam que eu falasse algo sobre o que estava sendo debatido, dados sobre a realidade social das pessoas negras no Brasil.

Mesmo me percebendo como uma pessoa negra, visto meu tom de pele retinto, eu não possuía referenciais para além da cor para me afirmar enquanto uma pessoa negra. Compreendendo o que a Neusa Santos Souza (1983) traz como o processo de tornar-se negro e a importância de romper com o mito construído sobre a negritude, eu não havia acessado politicamente e subjetivamente esse lugar.

É importante salientar que em 2009 foi implementada uma nova matriz curricular no curso a fim de responder às exigências da Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Psicologia (Universidade Federal da Bahia [UFBA], 2009), aspecto que não influenciou diretamente na discussão das relações raciais no currículo. No entanto, algumas das competências e habilidades a serem desenvolvidas destacadas no projeto pedagógico são: “derivar consequências de diferentes concepções epistemológicas para o status das teorias produzidas e para a escolha de métodos de investigação” (UFBA, 2009, p.6), ser capaz de “analisar, em uma perspectiva histórica, as relações entre os contextos social, econômico e político e as diferentes formulações sobre objeto, estratégias de estudo e de intervenção sobre fenômenos psicológicos e psicossociais” (UFBA, 2009, p.17).

Estes pontos marcam o estabelecimento do compromisso social da psicologia. No entanto, a análise de diferentes concepções epistemológicas não aponta necessariamente para o respeito à multiplicidade de teorias psicológicas, pois a base dessas é predominantemente branca e eurocêntrica. Não à toa, em cinco anos de graduação, o contato com autores e autoras negras não aconteceu na academia. Este mesmo projeto pedagógico também é adotado pelo curso de Psicologia do Instituto Multidisciplinar em Saúde, *campus* Anísio Teixeira (IMS-CAT/UFBA) e encontra-se vigente.

Este estudo é realizado no IMS, um *campus* localizado no município de Vitória da Conquista no estado da Bahia. O instituto foi criado em 2005 a partir do projeto de interiorização da universidade e possui como seus objetivos principais: ampliar a oferta de vagas no ensino superior público e promover a inclusão social de segmentos excluídos da educação superior. Possui sete cursos de graduação: Farmácia, Nutrição, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Psicologia, Medicina, Enfermagem, além de cursos de pós-graduação. A implantação do IMS na cidade teve como proposta consolidar na região sudoeste da Bahia um polo de formação e capacitação de pessoas para o Sistema Único de Saúde (UFBA, n.d)

No final de 2018, após concurso público, comecei a atuar como Psicóloga Clínica no Serviço de Psicologia do IMS-CAT/UFBA e, através dos atendimentos psicoterapêuticos de longa duração e do plantão psicológico, passei a refletir sobre o impacto do racismo institucional na saúde mental e na permanência de estudantes negros e quilombolas na universidade. Há 3 anos já vinha desenvolvendo estudos relacionados às questões raciais e de saúde mental, tanto na Residência em Saúde da Família quanto no espaço clínico privado, o que influenciou em uma melhor compreensão da questão. Esse também foi o momento em que começo a perceber algumas semelhanças entre a minha vivência de universidade em 2010 e a dos estudantes negros e quilombolas atendidos na clínica da mesma universidade, mas em outro *campus* e em 2018, quase uma década depois.

É importante salientar que nunca experienciei na instituição uma situação direta de discriminação racial. No entanto, isso não significa que esse espaço não reproduza o racismo de outras formas. Por isso, ampliar análise do fenômeno para a perspectiva do racismo institucional possibilita compreender a dimensão política desse a fim de avançar no processo de democratização e de construção de uma sociedade igualitária. Amparados em Almeida (2019), entendemos que o racismo é a norma das relações da sociedade e que compõe as diversas instituições.

O racismo institucional se dá através da utilização de parâmetros discriminatórios baseados em características raciais que servem para conservação da hegemonia do grupo racial que ocupa o poder (Almeida, 2019). Para Werneck (2016), o racismo institucional não é apenas uma ação, mas também um processo de omissão que institui políticas, práticas e normas que amparam tratamentos desiguais. Diante disso, para que as instituições não reproduzam em seu interior práticas discriminatórias, é necessário que assumam uma posição antirracista, com adoção de políticas efetivas que promovam a igualdade de acesso e de permanência institucional (Almeida, 2019, p. 48).

Para alcançar esse fim, todos os atores que compõem a instituição precisam ter espaço para falar sobre as experiências vividas no cenário universitário, mas também precisam ser escutados para que haja efetiva intervenção nas barreiras que dificultam a permanência na universidade. Em 2019, diante do aumento de demanda por atendimento psicológico e o limitado número de psicólogas clínicas destinadas ao atendimento do corpo universitário, estruturei o Plantão Psicológico para a comunidade acadêmica do IMS. Esse serviço foi inspirado na iniciativa do Plantão de Acolhimento do Programa PSIU em Salvador, voltado para a escuta de questões que causam angústia aos membros da comunidade universitária (UFBA, 2022).

O plantão psicológico é uma modalidade de atendimento de tipo emergencial que possui como objetivo ofertar um espaço de escuta e acolhimento aos sujeitos no momento imediato da crise (Rebouças & Dutra, 2010). Nessa modalidade de atendimento, os encontros iniciam e finalizam na mesma sessão. O atendimento no plantão psicológico requer do profissional uma tomada de posição – pessoal, ética, política, social, profissional – de uma forma imediata, visto que não há garantia de que outro encontro acontecerá para o desenvolvimento e ampliação das questões vividas pelo sujeito (Nogueira-Martins & Paparelli 2007 citado em Souza & Carneiro, 2017). Isso não significa que o profissional deverá se colocar na posição de resolver os problemas do cliente, mas aponta para a necessidade de oferta de um ambiente de acolhimento e aceitação, em que o sujeito consiga acessar seus sentimentos e emoções de forma genuína (Souza & Carneiro, 2017).

O Plantão do IMS se organizou através do estabelecimento de dois turnos de quatro horas para atendimento e foi amplamente divulgado no site e *instagram* da universidade. Por ser um serviço de porta aberta, não há necessidade de inscrição prévia para o atendimento e o sujeito pode ser atendido até três vezes por semestre nesta modalidade. Caso seja identificada a necessidade de encaminhamento para psicoterapia de forma urgente, como exemplo, em

caso de risco à vida, o atendimento psicoterapêutico de longa duração já era iniciado por mim, sem haver a necessidade do estudante ser encaminhado para a lista de espera, além de haver indicação de outros procedimentos.

Nesta modalidade de atendimento, uma cena chamou a minha atenção: alguns estudantes negros e quilombolas buscavam o serviço, mas quando eram questionados como se sentiam e como estavam, afirmavam: “Nada”; “Estou bem”. Eles sentavam-se e esperavam que alguém pudesse desenvolver um conhecimento sobre aquilo que estava sendo sentido por eles, muito embora não conseguissem identificar o que lhes incomodava. Esses estudantes, atendidos no plantão, chegavam na posição que intitulei de *embarreirados pelo discurso do não saber sobre si*²: eles não sabiam como se sentiam, não sabiam o que havia acontecido para se sentirem assim. O termo embarreirado aqui utilizado se refere à impossibilidade de o sujeito nomear o que estava sendo vivido.

Quando havia o deslocamento dessa posição, a narrativa empreendida pelo sujeito era a da estranheza: “eu sou estranha/o”, “eu não sei o que acontece comigo”, “eu sou burra/o”, “não me sinto pertencente a esse espaço”, “não estou sendo suficiente”. A. Santos, Rachkorsky, Ronzoni, Dogra e Dalgalarrodo (2016), em estudo que buscava analisar o efeito da discriminação na saúde mental de estudantes universitários, apontaram duas categorias de experiência da discriminação vivida por esses sujeitos:

a) os que se sentem “inferiores” - em que há presença de julgamentos negativos a respeito de si ou de suas competências, como exemplo, “burro”, “feio” - que se relacionam com comportamentos de baixa autoestima;

b) aqueles que se sentem diferentes - neste caso, não há um sentimento de inferioridade, o sujeito se identifica como membro de um grupo específico, minoritário, como

² Uma discussão mais detalhada desse aspecto será desenvolvida posteriormente no artigo intitulado “Atravessamentos do não saber no corpo negro: impactos do racismo na saúde mental de universitários negros”, pp. 24 e segs.

exemplo, por suas escolhas pessoais ou traços raciais. “Nesta categoria, ao invés de baixa autoestima, os significados predominantes de percepções são aqueles relacionados com palavras como ‘estranho’ ou ‘esquisito’” (A. Santos et.al, 2016, p. 291), relacionando-se com queixas de ansiedade e diferentes padrões de comportamentos externalizantes, como o uso de substâncias psicoativas, incluindo o álcool.

Por diversas vezes, escutei dos estudantes negros e quilombolas o sentimento de estarem em um lugar que é sentido como não sendo seu por direito: desde o incômodo com a modalidade de ingresso na universidade até à própria permissão de experienciar o espaço institucional. A análise desse comportamento apenas pelo viés subjetivo exclui a compreensão de dimensões sociais e institucionais que são apresentadas cotidianamente aos estudantes negros e quilombolas e que reforçam o sentimento de não pertencimento.

Esse sentimento também foi identificado nos estudantes que buscaram psicoterapia. No entanto, quando esses sujeitos acessam essa modalidade de atendimento clínico já apresentam, por exemplo, sintomas de ansiedade relacionados à tarefa acadêmica ou a vida universitária e, desta maneira, a narrativa construída por esses, inicialmente, é feita através do discurso quanto à presença de uma psicopatologia.

Em relação ao atendimento clínico realizado no plantão psicológico, dois pontos se destacam:

a) O plantão psicológico se constitui como uma clínica de prevenção a quadros mais agudos de sofrimento psíquico ao possibilitar que os estudantes possam falar sobre seus desconfortos sem ser a partir da estruturação de um quadro psicopatológico.

b) Os sofrimentos vivenciados pelos estudantes e acolhidos no plantão, em alguns momentos, se referem a aspectos institucionais que não são legitimados ou vistos pela universidade. E neste ínterim, refere-se ao racismo institucional.

Carvalho, Sampaio, Sena, Costa, Reis, Lima e Pastana (2021), ao realizar uma pesquisa sistemática de estudos nacionais e internacionais sobre a saúde mental de estudantes negros no ensino superior, no período de 2015 a 2020, identificaram limitadas produções que incluíam a raça como variável a ser analisada – apenas treze – e, mesmo quando a raça estava incluída, os dados não eram analisados em profundidade, principalmente no que se refere ao impacto do racismo na saúde mental, o que aponta para a necessidade de mais produções sobre a relação entre racismo e saúde mental.

A clínica psicológica permite a escuta de questões de ordem institucional que muitas vezes são deslegitimadas e invisibilizadas pela universidade. Promove o reconhecimento e fomenta a construção de narrativas que não são reconhecidas como possíveis pela instituição. Quando integrada ao território universitário, a clínica psicológica pode ser uma ferramenta que fortalece a política de inclusão, ao compreender a linha tênue entre subjetividade, fenômenos sociais e institucionais não psicologizando ou patologizando tais fenômenos. Diante dos pontos destacados, essa pesquisa se estruturou com o objetivo geral de:

Compreender como o racismo institucional influencia a saúde mental e a permanência de estudantes negros e quilombolas na universidade.

E como objetivos específicos:

1. Descrever como o sofrimento psíquico decorrente do racismo institucional afeta a vida emocional, social, psicológica e a formação dos estudantes negros e quilombolas;
2. Identificar estratégias de enfrentamento ao racismo institucional construídas pelos discentes;
3. Elaborar estratégias que permitam o acolhimento e a solução de situações discriminatórias na universidade.

4. Instrumentalizar a Universidade para combater o racismo institucional e seus efeitos na saúde mental da comunidade universitária.

Para realização do estudo foi adotado o método qualitativo e descritivo. Pois buscamos descrever a influência do racismo institucional na realidade vivenciada por estudantes negros e quilombolas do IMS-CAT/UFBA. O objetivo do estudo qualitativo é reunir e sistematizar informações sobre um fenômeno complexo, através de uma investigação aprofundada (Freitas & Jabbour, 2011). E, como delineamento de pesquisa, foi definido o estudo de caso, por analisar a vivência dos estudantes em uma determinada instituição e em um *campus* específico. As técnicas de acesso aos dados foram: oficinas e questionário sociodemográfico.

As oficinas como prática discursiva possibilitam a apreensão de sentidos produzidos pelas pessoas e de aspectos que circundam a sua vida e orientam seus comportamentos (Spink, Menegon, & Medrado, 2014). Adotamos a oficina como estratégia de produção de dados, pois compreendemos que o processo colonizatório colocou os sujeitos negros e quilombolas à margem da própria história e, com o objetivo de romper com esse lugar, buscamos estruturar uma metodologia de pesquisa em que esses sujeitos pudessem ser agentes na produção do conhecimento (Asante, 2009). Ao mesmo tempo, buscamos possibilitar que os participantes aprendessem com a experiência do outro, rompendo com o lugar de sofrimento individual e ampliando a compreensão de uma linha em comum: nesse caso, o efeito do racismo institucional na saúde mental e permanência universitária.

Considerando o percurso de pesquisa construído, esse trabalho de conclusão está estruturado em quatro capítulos, sendo três artigos e um produto técnico do mestrado profissional. Visando manter a independência de cada artigo em sua possibilidade de publicação, há, por vezes, repetição de definições que são necessárias à coerência interna ao texto. Ao nos referirmos a esses textos, utilizaremos o termo artigo, ainda que, até o momento de defesa, não tenha havido aprovação dos mesmos pelas revistas às quais foram submetidos.

- O primeiro artigo é uma reflexão a respeito dos impactos da estrutura racista na produção de sofrimento psíquico decorrente do não pertencimento, tendo sido utilizados como referência os estudos de Frantz Omar Fanon, Neusa Santos Souza, Lélia de Almeida Gonzalez, Sueli Carneiro, Maria Lúcia Silva, Silvio Almeida e Grada Kilomba.
- O segundo artigo é uma revisão de literatura sobre a permanência de estudantes negros e quilombolas na universidade pública em sua relação com o racismo institucional. Ao identificar a escassez de literatura a respeito da saúde mental de estudantes universitário negros, optamos por analisar os impasses vivenciados por esses na permanência na universidade e construir uma articulação entre permanência e saúde mental.
- O terceiro artigo tem como objetivo apresentar o resultado da pesquisa realizada com os estudantes autodeclarados negros e quilombolas do Instituto Multidisciplinar em Saúde, *campus* Anísio Teixeira, da Universidade Federal da Bahia (IMS-CAT/UFBA), em Vitória da Conquista.
- Em seguida, como produto decorrente do mestrado profissional, apresentamos a proposta do Programa Institucional de Pesquisa, Acolhimento e Fortalecimento de Estudantes Negros e Quilombolas do IMS-CAT/UFBA, ORI.
- Nas considerações finais são apresentadas as análises empreendidas na produção de uma pesquisa no Mestrado Profissional em Saúde.
- Ao fim, são colocadas as referências utilizadas de todo o trabalho, bem como os anexos de pesquisa.

Atravessamentos do não saber no corpo negro: impactos do racismo na saúde mental de universitários negros

Resumo

Os estudos sobre a saúde mental de estudantes universitários têm frequentemente invisibilizado a influência da estrutura racista no processo de adoecimento e sofrimento psíquico de estudantes negros e quilombolas. Essa invisibilização se estrutura como uma política de omissão frente ao fenômeno social do racismo que em maior ou menor medida pode ser reproduzido nas instituições públicas de ensino superior. A proposta deste artigo é refletir sobre os impactos do racismo no processo de sofrimento psíquico decorrente da sensação de não pertencimento em universitários negros. Para isso, utilizaremos como referência os estudos de intelectuais negros e negras, dentre eles: Frantz Omar Fanon, Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Maria Lúcia Silva, Silvio Almeida e Grada Kilomba. Conclui-se que o racismo institucional organiza as relações nas instituições públicas de ensino e que a sua identificação pode produzir a desnaturalização das violências, a quebra de mecanismos de silenciamento e, para isso, torna-se relevante historicizar as conquistas no povo negro. Essas modificações não se realizam apenas a partir do movimento de estudantes negros e quilombolas, mas inclui a escuta e a implicação ética e política da instituição e seus diversos agentes em busca de promoção da igualdade racial.

Palavras-chave: Saúde Mental, Racismo Institucional, Universidade, Discriminação, Sofrimento Psíquico.

Introdução

Os estudos a respeito da saúde mental de estudantes universitários têm, frequentemente, reproduzido a ideia de que a universidade é vivida da mesma maneira por todos os sujeitos que a compõem. Tal modo de leitura se apresenta quando os autores não levam em consideração, em suas análises, aspectos relacionados a classe, identidade de gênero, raça, orientação sexual e ter deficiências, fatores que vão influenciar a forma como cada sujeito vai perceber a vida universitária e ser visto neste espaço (A. Santos et al., 2016; Teixeira, 2020; Carvalho et. al, 2021).

É imprescindível reconhecer que a sociedade brasileira é classista, machista, racista, LGBTfóbica e capacitista. E, as instituições, ao pertencerem a essa sociedade, podem

reproduzir em alguma medida essas violências. Compreender que a universidade não é um sistema estranho à sociedade é condição *sine qua non* para que sejam estabelecidas ações e políticas institucionais condizentes com este cenário.

Almeida (2019) sinaliza que a sociedade brasileira é organizada de maneira a estabelecer privilégios e desvantagens de acordo com o pertencimento racial dos sujeitos, definindo, dessa maneira, o racismo estrutural que a sustenta. Por sua vez, o racismo institucional se dá através da utilização de parâmetros discriminatórios no cotidiano institucional, os quais são baseados em características raciais que servem para conservação da hegemonia do grupo que ocupa o poder.

O racismo institucional é menos evidente que o racismo individual. E se relaciona com o estabelecimento de regras e orientações que sistematizam tratamentos desiguais e desvantajosos com base na raça (Almeida,2019). Para Werneck (2016), o racismo institucional acontece também mediante omissões e se constitui como um posicionamento político. Desta forma, a revisão sistemática de práticas institucionais é um importante mecanismo para que a reprodução de desigualdades não seja naturalizada e que o combate ao racismo institucional promova mudanças tanto em nível individual como estrutural.

Após intensos debates do Movimento Negro em prol da política de ações afirmativas se constituir como reparo social das desigualdades e violências infligidas cotidianamente à população negra, em 2001, algumas universidades públicas, ao compreender que a desigualdade social tem como fundamento a questão racial no Brasil, começaram a adotar a política de reserva de vagas. No entanto, o marco legal que demarca a obrigatoriedade de reservas de vagas em todas as universidades públicas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, só se deu em 2012, através da Lei n^o. 12.711.

Foi necessário mais de uma década para que as políticas afirmativas se tornassem realidade. Esse aspecto é importante para compreender como o mito da democracia racial brasileira é um fenômeno que perpetua uma série de desigualdades a partir do lema “somos todos iguais”, dificultando o reconhecimento da necessidade de ações efetivas por parte do Estado brasileiro. Em sua dimensão prática, as oportunidades de acesso aos recursos materiais, sociais e simbólicos não são iguais para todos (Gonzalez, 2020).

Para refletir sobre a influência da estrutura racista no processo de produção de sofrimento, por meio do sentimento de não pertença de pessoas negras na universidade, nos apoiaremos nas lentes de importantes intelectuais negros e negras que pensaram e atuaram em frentes de luta em busca do processo de desalienação do povo negro.

Método

A proposta deste artigo é refletir sobre os impactos da estrutura racista no processo de sofrimento psíquico de universitários negros. Para isso, utilizaremos como referência os estudos de intelectuais negros e negras, dentre eles: Frantz Omar Fanon, Neusa Santos Souza, Lélia de Almeida Gonzalez, Sueli Carneiro, Maria Lúcia Silva, Silvio Almeida e Grada Kilomba.

Duas questões servirão de guia durante essa travessia teórica: a) o estudante negro na universidade é um estudante ou é um negro? b) quais os caminhos para se tornar um estudante negro universitário?

Resultado e Discussão

Ao compreender que a ciência é também um lugar de agenciamento de poder, salientamos que esse escrito não é neutro, não é universal e não é confortável, pois partimos da compreensão de que o sujeito, além de psíquico, é histórico, social e político, e que a

pretensão da universalidade é uma arma do colonizador para apagar as opressões que perpetuou e que perpetua nas sociedades advindas da colonização.

As sociedades advindas do processo colonizatório tem sua base fundamentada na hierarquização das raças, em que há atribuição de lugares de privilégios e desvantagens de acordo com a identificação racial dos sujeitos (Almeida, 2019). Dessa forma, as políticas antirracistas se constituem como um movimento contra-hegemônico, pois implica o reconhecimento de privilégios do grupo que ocupa majoritariamente o espaço de poder e a revisão de práticas e políticas que instituem tratamentos desiguais a fim de promover igualdade social e racial.

A compreensão de que o racismo organiza práticas institucionais é imprescindível para desnaturalizar violências vividas por sujeitos negros e quilombolas nas universidades públicas. As Instituições de Ensino Superior (IES), com o aval de autoridade na produção da ciência, foi responsável pela estruturação de teorias raciais que embasaram processos políticos e sociais de segregação da população não branca (Almeida, 2019). Silva (2017) destaca como a IES é formada em sua maioria por pessoas provenientes de escolas privadas e se constitui como um espaço socialmente esperado e organizado para pessoas brancas da elite.

De acordo com Silva (2017), a universidade está “acostumada a ser servida e a estabelecer uma relação de subordinação, desvalorização e de descrédito em relação ao trabalho intelectual quando relacionado às classes populares, particularmente, os negros” (p.7). Esses aspectos são importantes para a compreensão dos fatores que atravessam a permanência de um estudante que socialmente não é esperado dentro da universidade. É nesse ponto que colocamos a questão: o estudante negro na universidade é um estudante ou é um negro?

Para direcionar esse diálogo, será apresentada uma cena vivenciada pela psicóloga e pesquisadora nos atendimentos a estudantes universitários de uma instituição pública de ensino. O atendimento foi realizado na modalidade de plantão psicológico, que se constitui como um serviço de caráter emergencial que possui como objetivo ofertar um espaço de escuta e acolhimento aos sujeitos no momento imediato da crise (Rebouças & Dutra, 2010).

Alguns estudantes negros e quilombolas buscavam o serviço, mas, quando eram questionados como se sentiam e como estavam, afirmavam: “Nada”; “Estou bem”. Eles sentavam-se e esperavam que alguém pudesse desenvolver um conhecimento sobre aquilo que estava sendo sentido por eles, muito embora, não conseguissem identificar o que lhes incomodavam. Esses estudantes, atendidos no plantão, chegavam na posição intitulada de *embarreirados pelo discurso do não saber sobre si*: eles não sabiam como se sentiam, não sabiam o que havia acontecido para se sentir assim.

O termo em + barreira + ar no dicionário Aurélio de Português (Ferreira, 1986) aparece como: “meter em barreiras; meter-se entre barreiras”. Nesta posição, o sujeito se dá inteiramente ao Outro, para que assim o faça: diga-me quem sou e o que faço com isso que você pode dizer que eu tenho ou sou. Essa é a ordem colocada pelo paciente: descubra-me. E quando essa posição era atravessada, a narrativa empreendida era a da estranheza: “eu sou estranha/”, “eu não sei o que acontece comigo”, “eu sou burra/o”, “não me sinto pertencente a esse espaço”, “não estou sendo suficiente”.

Kilomba (2008/2019), ao narrar a sua entrada no doutorado na Alemanha e as barreiras que enfrentou devido à questão racial, aponta que uma das estratégias da colonização é ensinar o colonizado a falar a língua do colonizador: “quando frequentava a universidade, lembro-me de ser a única aluna negra no departamento de psicologia, por cinco anos. Entre outras coisas, aprendi sobre a patologia do sujeito negro e também que racismo não existe” (p. 65). Sem dúvida, esse exemplo é de uma realidade que não é brasileira, mas

será que esses discursos acadêmicos se distanciam tanto de nossa vivência cotidiana? Se não há racismo, não há o que se falar das situações em que esses sujeitos muitas vezes sentem-se incomodados. Apontamos dessa maneira que a ausência de uma referência institucional e social para legitimar a dor vivida, a coloca em um campo de impossibilidade de nomeação, muito embora essa dor não deixe de ser sentida.

Não foram raras as situações em que os estudantes apresentaram, nas suas narrativas, a dificuldade de vivenciar o espaço de convivência da universidade: “não me sinto à vontade/autorizado a sentar na grama”. Ao mostrar as insígnias presentes no espaço universitário, Kilomba (2008/2019) afirma que a academia não é um lugar neutro e não é apenas um lugar de conhecimento ou sabedoria, mas também um espaço de violência que tenta enquadrar o corpo negro como estrangeiro, intruso, aquele que ocupa um lugar que não é seu por direito, o aprisionando à margem do conhecimento.

Para a autora, o racismo aparece compondo a instituição universitária no campo da produção de saber: o mito do conhecimento universal, objetivo e neutro, descaracteriza a produção do saber como fruto das relações desiguais de poder de raça, que classifica o conhecimento produzido como científico e confiável a partir da lógica eurocentrada (Kilomba 2008/2019).

De acordo com Silva (2017, p. 6), “a entrada na universidade atualiza e repete a violência racial vivenciada no início da vida escolar”. E a ausência de um espaço escolar e familiar, por exemplo, que ajude o sujeito a elaborar as violências decorrentes do racismo, faz com que estas retornem na universidade com a intensidade da carga afetiva vivida na infância.

Desta maneira, ao vivenciar o racismo no espaço universitário e sem apresentar recursos psíquicos e, muitas vezes, sociais para nomear o que vive, o sujeito se silencia. E, em um contexto em que é dito que não existe racismo, os estudantes negros e quilombolas,

por vezes, se percebem interditados de dizer o que sentem. Kilomba (2008/2019), nesse sentido, afirma que a fala se estabelece no campo do diálogo, na possibilidade de escuta, pois em uma relação em que é negada a existência do racismo, essa narrativa é tida como dúbia e impossível de ser escutada.

Assim, “alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que ‘pertencem’. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que ‘não pertencem’” (Kilomba, 2008/2019, p. 43). Ouvir e silenciar são colocados pela autora como pertencendo ao mesmo campo de interdição e isso impacta diretamente no campo de construção de pertencimento dentro das instituições. Compreender o signo do corpo negro em espaço não esperado socialmente é imprescindível.

Fanon (1963/2008) afirmará que aos sujeitos negros não é dada a oportunidade de dizer por si, pois o sistema colonial criou narrativas a respeito desses que os engessam em uma categoria rígida e inferiorizada. Afirma ainda que, no mundo em que a branquitude se estabelece como norma, os sujeitos negros têm dificuldade de realizar uma elaboração de seu esquema corporal, pois a representação de si se dará pela via da negação. Trata-se de um conhecimento corporal atravessado por um terceiro. Tudo é estritamente calculado para não ser preto demais ou para não apresentar uma ameaça ou simplesmente para não ser.

Faustino (2015), ao analisar a dimensão de corporeidade negra presente na obra de Fanon, considera que, nas sociedades racistas, o branco³ é tomado como expressão do universal, é associado à razão, enquanto o negro é associado à dimensão da animalização e da emoção. Enquanto o primeiro detém o conhecimento e a tecnologia, o negro é aquele a quem pertence o corpo, o primitivo: “em um sentido estrito, não é esperado que o colonizado pense,

³ A utilização do termo “branco” e “negro” tem como objetivo preservar a nomeação que os autores citados utilizaram para demarcar o processo de racialização e racismo que fundamentam as sociedades advindas da colonização. Refere-se a uma construção ideológica, política e social a respeito de quais grupos populacionais tem direito ao acesso a recursos materiais e simbólicos que garantem a sua humanidade. Neste sentido, não diz sobre o indivíduo negro ou branco, mas sobre o agenciamento ideológico e político que destina tratamentos desiguais de acordo com o pertencimento racial.

sinta ou produza significado relevante sobre si e o mundo, mas caso e/ou quando fizer, este saber será rapidamente apropriado pelo colonizador, como se fosse seu desde o início, já que a estética, a ética e a política não são qualidades identificáveis aos escravos” (p. 67).

Para Aires e Tavares (2021), o estudante que acessa a universidade pelo sistema de ações afirmativas se depara com uma instituição que impossibilita o agenciamento da sua identidade como sujeito e se vê em uma trincheira em relação à construção de seu pertencimento, pois se divide entre alienar-se a um modelo que recusa a sua existência ou rejeitar esse modelo identificatório e, por vezes, não ter outro modelo para se referenciar. As autoras apontam que ambos os caminhos são produtores de sofrimento e adoecimento mental e que recusar a realidade percebida, constituída por recorrentes violências raciais, pode ser um mecanismo de defesa. Isso, no entanto, pode não eximir o sujeito do sofrimento.

Como modo de romper com esse processo de silenciamento que contribui para a perpetuação das opressões no espaço universitário, Fanon (1963/2008, p. 45) afirma que “o que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial”. A desalienação é um caminho para isso. Para Fanon, “a desalienação é sempre um fenômeno violento” e “a descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda viva da história” (Fanon, 1968, pp. 25-26). Ao escutar e fazer reverberar as palavras de Fanon, apresentamos o segundo questionamento: quais os caminhos para se tornar um estudante negro universitário?

Nessa caminhada teórica, a tradução das violências raciais no campo da linguagem mostra-se relevante, pois muitas vezes essas são silenciadas e as violências normalizadas. Desta forma, a nomeação é uma forma de romper com o processo de desumanização e de sofrimento psíquico de sujeitos negros e quilombolas que compõem a universidade. A

nomeação ajuda-nos a refletir sobre quais são os caminhos possíveis para se tornar um estudante negro universitário.

Pensar nas formas de ingresso na universidade e nos significados construídos por esses estudantes a respeito desta vivência é importantíssimo para a construção de pertença. Embora possa parecer uma temática ultrapassada frente aos 20 anos de adoção de cotas raciais e às intensas discussões que aconteceram, ainda encontramos ecos de uma percepção distorcida a respeito dessa política no espaço clínico e institucional.

Apontamos aqui a relevância de nomear as lutas que se deram na arena política e a importância do movimento negro em busca de uma lei que buscasse a concretização de uma igualdade racial no plano material. No início da implantação da política de cotas raciais no Brasil, houve intensos debates de posições a favor e contra essa política de reparação social, proporcionando uma série de análises a respeito do mito da democracia racial. No entanto, após a implementação da política e findado o entendimento sobre a necessidade de tal ação, os espaços promovidos a respeito da historicização ou da necessidade desta política foram diminuídos.

Teixeira (2020) considera que as discussões se davam em torno das cotas como direito ou privilégio. Os grupos que a concebiam como privilégio adotavam uma condição contrária e apontavam questões de inconstitucionalidade, pois acreditavam que se criaria uma diferença de acesso que ocasionaria perdas materiais ao grupo dominante. Afirmavam ainda que as cotas diminuiriam a qualidade das universidades, pois os estudantes que ingressariam por meio das cotas não estariam preparados e que esse sistema colocaria os sujeitos negros no lugar de incapazes.

Moore (2005) afirma que o sistema racial se estabelece como uma guerra por recursos materiais e simbólicos por parte do grupo dominante; portanto, os discursos contrários à implementação da política de cotas não nos causam estranheza. O que se deseja apontar com

isso é que os jovens que adentram na universidade, 20 anos após as primeiras universidades implantarem tal política, muitas vezes, não acessam conhecimentos que são importantes no processo de construção de pertencimento universitário e étnico-racial e que, para alguns, a possibilidade de ser enquadrado como cotista os coloca no lugar da não autorização para vivenciar seu espaço de direito.

Assim, sustentamos como hipótese que o processo de nomear as violências, historicizar as conquistas do povo negro e revisar práticas institucionais são importantes ferramentas para a desalienação e, conseqüentemente, para possibilitar a permanência e promover saúde mental desses estudantes. Para Carneiro (2010), a instituição de uma lei em prol da continuidade das cotas representa um caminhar para a concretização da justiça social. Em sua fala na audiência pública sobre a continuidade das cotas para negros no ensino superior, convocada pelo Ministro Ricardo Lewandowski, em 5 de março de 2010, ela afirma:

O que esperamos dessa Suprema Corte, que ela seja parceira e protagonista de um processo de aprofundamento da democracia, igualdade e justiça social. E num esforço cívico de tamanha envergadura, as cotas para negros, mais do que uma conquista dos movimentos negros, são parte essencial da expressão da vontade política da sociedade brasileira para corrigir injustiças históricas e contemporâneas que permitem que talentos, capacidades, sonhos e aspirações sejam frustradas por processos de exclusões que comprometem o nosso sistema civilizatório (Carneiro, 2010).

Refletir sobre o processo de reconhecimento do sujeito negro em um ambiente antinegro, se dá também com a constante necessidade de se afirmar a importância de políticas que objetivem a promoção de uma sociedade igualitária, que visem afirmação de sujeitos de direitos. Para Gonzalez (2020), o racismo no Brasil se constituiu de maneira diferente em relação aos Estados Unidos, por exemplo. Enquanto nos EUA o racismo é aberto e foi

construído a partir de uma política segregacionista, no Brasil vivemos um racismo disfarçado que a autora classifica como racismo por denegação.

Nessa perspectiva, as ideias de miscigenação e de democracia racial são pilares estruturantes das relações sociais estabelecidas. A utilização do termo denegação é uma influência da psicanálise freudiana e é apresentado, por Lélia Gonzalez (2020), como um mecanismo de defesa em que o sujeito, estando ciente de seus desejos ou sentimentos que por muito tempo foram recalcados, age como se estes não lhe pertencessem.

Apresentar o Brasil como um país em que existe uma democracia racial é negar todos os aspectos que demonstram claramente o contrário. Perante a lei somos todos iguais, mas quem aplica e interpreta essa lei? Seria igualdade no campo formal, mas não representa igualdade social ou material. Assim, Gonzalez (2020, p. 131) irá afirmar que “o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento”.

Para Souza (1983) e Gonzalez (2020), essa concepção ideológica faz supor que a inter-relação inferioridade/desumanidade está colada ao ser negro e superioridade/humanidade ao ser branco. Este entendimento vai delinear a forma como os sujeitos negros apreenderam a possibilidade de tornar-se humano. Tornar-se humano estava associado à negação de ser negro e, para isso, era imprescindível assimilar os padrões da branquitude para obter ascensão social.

Assim, à medida que assimila os mecanismos do sistema de embranquecimento que parece construir a sua humanidade, a lógica racista coloca mecanismos para que, por mais integrado que o sujeito esteja, nunca esqueça que não deixará de ser negro: “(...) para o preto, há um mito a ser enfrentado. Um mito solidamente enraizado. O preto o ignora enquanto sua

existência se desenvolve no meio dos seus; mas, ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina” (Fanon, 1963/2008, p. 133).

Souza (1983) considera que a construção do mito negro assume uma perspectiva econômica-política-ideológica que marca uma relação de dominação, mas também produz efeitos psíquicos no funcionamento do sujeito. Desta forma, o mito negro impõe como cerne a marca da diferença, a diferença do que foi constituído/ensinado por humanidade. Ao tomar como referência a branquitude⁴, os sujeitos negros em processo de alienação negam-se e afirmam-se a partir dela, não havendo possibilidade de experimentar ser quem se é. E ser quem se é, fora de um processo alienante, implica romper com a figura caricata de ser negro ou de ser branco.

Fanon (1963/2008) considera que essa imagem caricata do negro e do branco destitui os sujeitos de sua humanidade e indica que essas identidades fixas forjadas no seio do colonialismo moldam a forma como o sujeito percebe a si e ao mundo. Nesse sentido, a violência racial sequestra do sujeito negro a possibilidade de encontrar as potencialidades e a criatividade inerentes à existência humana (Teixeira, 2020), pois o seu pensamento passa a estar entrelaçado com fatores sociais que lhe impossibilitam a construção de uma autopercepção positiva. Fanon corrobora essa ideia quando relata:

Era o professor negro, médico negro, eu, que começava a fraquejar e tremia ao menor erro, era o seu fim e os dos outros que o seguiriam. Na verdade, o que é que se pode esperar de um médico preto? Desde que tudo corresse bem, punham-no nas nuvens, mas atenção nada de bobagens, por preço nenhum! O médico negro não saberá jamais a que ponto sua posição está próxima do descrédito. Repito: eu estava murado: nem

⁴ O conceito de branquitude refere-se aos processos de construção da identidade racial da população branca a partir do racismo. Neste ínterim, a brancura é vista como uma característica que garantiria a superioridade moral, política, social da população branca em comparação com outras populações (Bento, 2014).

minhas atitudes polidas, nem meus conhecimentos literários nem meu domínio da teoria dos *quantas* obtinham indulto (Fanon, 1963/2008, p.109).

Nessa importante narrativa apresentada por Fanon, percebe-se que o erro de uma pessoa negra nunca é um erro individualizado, mas da comunidade negra. Ao mesmo tempo, percebe-se nesse trecho um interjogo entre o descrédito atribuído ao profissional e a supervalorização do erro. Não há valorização do acúmulo de conhecimento. Embora este tenha o papel de embranquecê-lo, não o faz ser totalmente branco, basta que erre e sua negritude aparecerá como arma acusatória. “Na Universidade Pública e nos particulares tradicionais, negros e negras ficam destacados, visíveis e invisíveis ao mesmo tempo. Visível quando se trata de colocá-lo “em seu lugar”: o lugar de desvalorização; invisível quando não lhe é creditado seu valor” (Silva, 2017, p. 7).

Para Neusa Sousa (1983), ser negro é antes de tudo tomar conhecimento da estrutura ideológica que busca apreender a identidade negra em um discurso mítico que provoca um completo desconhecimento do sujeito sobre si. É também romper com este conhecimento de uma forma que seja possível construir uma nova consciência de si que tenha como base o respeito à diferença. Ser uma pessoa negra não é uma condição dada, mas é construção contínua, por isso não se nasce negro, torna-se negro.

Gonzalez (2020) afirma que a questão da cidadania negra tem estreita relação com a construção da identidade. Nesse sentido, romper com a política de embranquecimento que diuturnamente nos é imposta é uma saída psíquica, mas também uma saída política, em busca de direitos concretos. Dessa maneira, destacamos que tornar-se um estudante negro universitário ultrapassa o cumprimento de tarefas acadêmicas e a busca de serviços psicológicos para tratar as angústias decorrentes desse espaço; tornar-se um estudante negro implica uma tomada de consciência das estruturas ideológicas que produzem o entendimento

de que a Instituição de Ensino Superior (IES) não é para todos, em seu cotidiano. Mas deveria ser.

Nessa direção, o reconhecimento do racismo institucional pode produzir a desnaturalização das violências, a quebra de mecanismos de silenciamento e a relevância de historicizar as conquistas no povo negro. Essas modificações não se realizam apenas a partir do movimento de estudantes negros e quilombolas, mas inclui a escuta e a implicação ética e política da instituição e de seus diversos atores em busca de promoção da igualdade racial.

Considerações Finais

Este artigo reflexivo buscou compreender como o racismo institucional influencia no sofrimento da não pertença de estudantes negros à universidade. Para isso, dois questionamentos foram apresentados: a) o estudante negro na universidade é um estudante ou é um negro? b) quais os caminhos para se tornar um estudante negro universitário?

A universidade, como parte integrante da sociedade, pode reproduzir uma série de violências sociais, entre elas, a violência racial. Reconhecer que o racismo pode integrar esse espaço é imprescindível para a revisão de práticas institucionais que influenciam na exclusão de estudantes negros. Ao questionar se é possível ser um estudante negro na universidade, coloca-se no centro da discussão como essa estrutura ainda não inclui efetivamente os sujeitos negros.

A exemplo, quando se percebe a limitada presença de professores, técnicos administrativos e gestores negros, a ausência de discussões a respeito das questões raciais no Brasil, a ausência da produção de intelectuais negros e negros na formação acadêmica, reconhece-se como esses aspectos revelam um descompromisso com a inclusão da diversidade. Ao mesmo tempo, tais aspectos demarcam uma das características do racismo institucional: a omissão frente às questões raciais, como aponta Jurema Werneck (2017).

Um espaço que invisibiliza a existência do racismo pode influenciar em como as pessoas negras se percebem em um ambiente que socialmente não é esperado para elas e que a todo o tempo reforça essa concepção. E, a percepção dessa sensação pode se constituir como um promotor de sofrimento psíquico, afetando também a vivência universitária. Através do Plantão Psicológico na universidade foi identificado que alguns estudantes, ao não encontrar ferramentas para nomear o desconforto sentido, afirmavam que nada sentiam. Levantamos como hipótese que a ausência de referência institucional e social para legitimar a dor vivida, a coloca em um campo da impossibilidade de nomeação, muito embora essa dor não deixe de ser sentida.

Um estudante negro na universidade é um estudante ou é um negro? Nas sociedades racistas, o branco é aquele que detém o conhecimento, enquanto o negro é aquele a quem pertence o corpo, a emoção. Sendo a universidade um campo formado, ainda, em sua maioria, por pessoas brancas de classe média e que, muitas vezes, invisibiliza a existência do racismo na sociedade brasileira, questionamos se nessa concepção, tal como atualmente se mostra, o negro pode ser um sujeito e não um objeto de estudo. Ser sujeito implica necessariamente ter voz, poder falar daquilo que muitas vezes não é tolerado no espaço acadêmico e ser de fato escutado, acolhido e incluído.

Dessa maneira, ao apresentar o questionamento sobre quais são os caminhos possíveis para se tornar um estudante negro, ressalta-se a importância de explicitar e nomear as violências raciais, pois muitas vezes essas são silenciadas e normalizadas, bem como mostra-se fundamental historicizar a luta do povo negro. A nomeação da violência não é algo simples de ser efetuado, pois nem sempre se tem acesso a ferramentas sociais e institucionais que suportem essa verbalização e, mesmo quando se tem acesso a tais ferramentas, não se tem garantia que este será efetivamente acolhido. Por isso, a importância de construir uma política

universitária de valorização da diversidade e de historicização da luta do povo negro, quilombola e indígena, a exemplo.

A constituição de um referencial positivo a respeito da população negra e a nomeação das violências raciais são tomadas neste artigo como uma via possível de romper com o processo de desumanização e de sofrimento psíquico de sujeitos negros na universidade. De acordo com Fanon (1968), é por meio da luta que os negros se constituem como sujeitos e aqui compreendemos que a luta se dá também na nomeação da dor, em linguagem e em ação.

Permanência universitária e racismo institucional: uma revisão de literatura⁵

Resumo

O racismo institucional é um mecanismo de utilização de parâmetros discriminatórios baseados em características raciais para conservação de vantagens estruturais. Para compreender como esse fenômeno social pode influenciar a permanência de estudantes na universidade foi realizada revisão bibliográfica nas bases SciELO, LILACS e Banco de Teses e Dissertações CAPES, utilizando combinações das palavras-chave: estudantes negros, permanência universitária, universidade, relações étnico-raciais e cotas. As produções encontradas foram organizadas em duas categorias: (1) Estratégias estudantis para permanência na universidade e (2) Programas institucionais para permanência de estudantes. Nestas duas categorias foram identificadas estratégias formais e informais de enfrentamento ao racismo institucional. Conclui-se pela necessidade de desenvolvimento de políticas universitárias que considerem aspectos étnico-raciais de modo a combater o racismo institucional que dificulta diariamente a permanência de estudante negros.

Palavras-chave: Racismo. Permanência Universitária. Ação Afirmativa. Cotas. Relações Raciais.

Introdução

O presente artigo possui o objetivo de discorrer sobre a permanência de estudantes negros e quilombolas na universidade pública em sua relação com o racismo institucional. Para Almeida (2019), o racismo é um mecanismo estrutural que atua na organização econômica e política da sociedade e que fornece a lógica, o sentido e a tecnologia para a promoção de desigualdades raciais. Por consequência, as instituições, ao pertencerem a uma sociedade racista, reproduzem em seu interior a mesma lógica normativa de exclusão racial. O racismo institucional se dá através da utilização de parâmetros discriminatórios baseados em características raciais que servem para conservação da hegemonia do grupo racial que ocupa o poder.

⁵ Uma versão desse artigo foi submetida a “Gerais- Revista Interinstitucional de Psicologia”, conforme comprovado no Anexo A.

Para Werneck (2016), o racismo institucional não é apenas uma ação, mas também uma omissão frente às questões de discriminação no ambiente universitário. Compreende-se, a partir dessa perspectiva, que o racismo institucional reproduz práticas estruturais e refina as estratégias raciais que fragilizam a vinculação de estudantes negros e quilombolas à universidade.

Em 2001, algumas universidades brasileiras começaram a adotar a política de reservas de vagas para estudantes de escola pública e estudantes negros. No entanto, o marco legal que dispõe sobre a política de reserva de vagas surge apenas em 2012, com a Lei Federal nº 12.711, que garante que cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) deve reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas, por curso e turno, para estudantes de escolas públicas. Estas vagas deverão ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, levando em consideração a presença desses grupos por região em que a IFES está inserida.

Marques (2018) define políticas de ações afirmativas como “políticas públicas ou privadas, compulsórias ou não, que têm por objetivo último erradicar da sociedade as práticas discriminatórias dirigidas a determinados grupos sociais, historicamente excluídos e cujo reconhecimento e prestígio social sejam baixos ou mesmo inexistentes”.

Em 20 anos de implementação das políticas de ações afirmativas, fruto do processo de luta do Movimento Negro em prol de uma sociedade igualitária através de redução das desigualdades historicamente produzidas, os debates sobre acesso à universidade foram amplamente desenvolvidos (Batista, 2018; Trevisol & Nierotka, 2016). No entanto, houve poucas discussões a respeito da permanência universitária, o que aponta para a necessidade de construção de pesquisas e estratégias que promovam e viabilizem a permanência desse novo perfil de estudante que começou a se fazer mais presente na universidade.

Segundo Mayorga e Souza (2012) e Jesus (2013), para a modificação de relações interpessoais degradadas devido à discriminação racial, é necessária, além do desenvolvimento de um trabalho que vise à mudança de fatores psicossociais, uma dimensão político-programática que se caracterize pela difusão de informações sobre diferentes experiências de vida, construção de situações que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e desenvolvimento de programas que viabilizem a identificação de práticas discriminatórias e a construção de mecanismos de combate a tais práticas.

Compreendendo que o racismo é estrutural na sociedade brasileira e que este compõe as instituições em suas diversas dimensões, esta pesquisa coloca a seguinte questão: de que forma a permanência dos estudantes negros e quilombolas pode ser influenciada pela vivência do racismo institucional?

Metodologia

Foi realizado o mapeamento da produção bibliográfica nas plataformas de periódicos científicos Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), além do Banco de Teses e Dissertações CAPES, no período de outubro de 2020 a janeiro de 2021. Nas bases de dados, foram utilizadas, em diferentes combinações, as seguintes palavras-chave: estudantes negros, permanência universitária, universidade, relações étnico-raciais e cotas.

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: constar informações a respeito da permanência de estudantes negros na universidade e/ou sobre a política de ação afirmativa, no título e/ou resumo, sem delimitação do período em que a produção foi realizada. Para interpretação dos dados, foi utilizada a análise do discurso. Os materiais selecionados passaram por leitura do resumo e posterior seleção considerando os critérios de exclusão: a) apresentar publicações recuperadas em mais de uma das bases de dados; b) versar sobre a

política de inclusão sem fazer relação com a permanência universitária e/ou abordar a política de ação afirmativa sem fazer relação com os estudantes negros; c) não trazer experiências que retratem a realidade brasileira.

Resultados

Foram encontrados apenas 04 (quatro) artigos que versavam sobre a temática selecionada – 03 (três) no SciELO e 01 (um) no LILACS. O estudo de Marques (2018) já havia apontado a incipiente literatura quando se busca analisar a permanência universitária de estudantes negros, pois as discussões ainda se concentram em pensar o acesso destes estudantes.

Os artigos apresentam experiências de estudantes de universidades federais, sendo elas, respectivamente Universidade de Rio Grande Dourados, localizada no Mato Grosso do Sul (Marques, 2018), Universidade Federal do Pará, localizada em Belém (Lemos, 2017), Universidade de Brasília (Jesus, 2013) e Universidade Federal de Minas Gerais (Mayorga & Souza, 2012). As publicações foram realizadas em revistas da área de educação (Lemos, 2017; Marques, 2018) e de psicologia (Mayorga & Souza, 2012; Jesus, 2013) e tiveram como foco programas de permanência universitária e a vivência dos estudantes negros nas respectivas universidades. As autoras possuem pós-graduação nas áreas de Educação (Marques, 2018), Psicologia (Mayorga & Souza, 2012; Jesus, 2013) e Direito (Lemos, 2017).

Em relação ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, foi encontrado um universo amplo de produções que abordavam desde o ingresso até a permanência na universidade e para essa plataforma optamos como estratégia metodológica a seleção de dissertações e teses em aproximação direta ao campo de investigação da pesquisadora. Desta forma, foram selecionadas 10 (dez) produções, entre dissertações e teses. Destes estudos, 01 (uma) dissertação foi realizada na região norte e apresenta a vivência de estudantes quilombolas na

Universidade Federal do Pará (Campos, 2016); 04 (quatro) pesquisas aconteceram no nordeste, as quais relatam experiências baianas: na Universidade Federal da Bahia (D. Santos, 2009); Universidade do Estado da Bahia (M. Santos, 2009) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Melo, 2018; T. Santos, 2017). A tese de Maria Santos (2009) faz uma comparação entre o programa de permanência universitária da UERJ e da UNEB. Os estudos das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentam os programas de cotas nas Universidades do Espírito Santo (Trindade, 2018); Fluminense (Borges, 2018), Mato Grosso (Perez, 2017), Paraná (Lima, 2016) e Rio Grande do Sul (Doebber, 2011). Os trabalhos retratam desde a vivência dos estudantes nas universidades para permanência de forma material e imaterial até ações programáticas das instituições, visando concretizar a política de ações afirmativas.

Algumas produções referenciavam de maneira significativa o trabalho de D. Santos (2009), fazendo-nos acentuar a relevância dessa produção para inaugurar a perspectiva de análise das ações de permanência universitária a fim de pensar estratégias materiais e simbólicas visando esse fim. As pesquisas foram realizadas em diferentes áreas de concentração, sendo 06 (seis) trabalhos em Educação (D. Santos, 2009; M. Santos, 2009; Doebber, 2011, Campos, 2016; Lima, 2016; Perez, 2017), 02 (dois) em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (Melo, 2018; T. Santos, 2017), 01 (um) em Ciências Sociais (Trindade, 2018) e 01 (um) em Relações Étnico-Raciais (Borges, 2018).

Todas as produções citaram em algum momento o racismo institucional como constitutivo das universidades, fazendo-nos recusar a concepção do racismo em uma perspectiva individualista. Tomar o racismo como problema individual não contribui para o fomento de estratégias institucionais de enfrentamento a este fenômeno social.

Discussão

Com o objetivo de ampliar o debate acerca das políticas de ações afirmativas, buscaremos produzir diálogos entre as produções selecionadas na revisão de literatura e autores que discutem o tema. Antes de analisar as produções encontradas, dois pontos merecem ser destacados: o papel da psicologia brasileira na discussão da relação entre racismo e sofrimento psíquico e como as políticas universitárias são influenciadas ou não pela região em que a universidade está inserida.

Gouveia e Zanello (2019) apontam que a psicologia clínica brasileira começou a considerar a raça como fator importante na constituição subjetiva dos sujeitos há pouco tempo e que, nos Estados Unidos da América, tal análise começou a ser empreendida a partir dos anos 70, tendo mais ênfase a partir de 1980. De acordo com Schucman (2014), é importante considerar como a política de embranquecimento e o mito da democracia racial interferiram nas produções teóricas do campo psi, influenciando a invisibilização desta temática. Soma-se a isso a presença de pesquisadores brancos no campo de estudos da psicologia, o que contribuiu para a desconsideração da raça como fator social que influencia a constituição subjetiva das pessoas (Schucman, 2014).

Cabe destacar ainda que o fato de algumas universidades estarem em territórios com mais percentual de pessoas negras não implica, como consequência dessa regionalização, que sejam instituições que não reproduzam o racismo institucional em alguma dimensão, como foi percebido nos 05 (cinco) estudos realizados na região Nordeste e Norte. Nesse sentido, concordamos com Teixeira (2020) que, ao analisar literatura sobre educação básica nas escolas públicas, aponta que o fato de Salvador ser a cidade mais negra fora de África não provocou uma adequação dos currículos escolares ou comportamentos dos professores brancos em uma perspectiva antirracista, os quais reproduziam, em suas práticas, processos de socialização por via do embranquecimento. Este fator parece também transparecer em algumas instituições de ensino superior.

A fim de discorrer sobre nossos achados, elegemos duas categorias de análise: a) Estratégias estudantis para a permanência na universidade e b) Programas institucionais para Permanência de estudantes. Nessas duas categorias são apresentadas estratégias de enfrentamento ao racismo institucional. Denominaremos de *estratégias formais* aquelas estruturadas pelas instituições e de *estratégias informais* aquelas adotadas pelos estudantes de forma individual ou coletiva, mas que não se estruturam como política institucional.

a) Estratégias estudantis para a permanência na universidade

Os estudos mostram que as políticas afirmativas possibilitaram o ingresso de um público que, até então, não conseguia acessar o espaço universitário. No entanto, o acesso não representa em si a permanência com qualidade no ambiente acadêmico (Lemos, 2017; Marques, 2018; Melo, 2018).

Marques (2018) afirma que, para o fortalecimento da identidade racial dos estudantes, é necessário que a universidade compreenda este processo como um programa que faz parte da política de permanência universitária. Em seu estudo, identificou que os acadêmicos envolvidos em eventos, ações, disciplinas e projetos de iniciação científica que discutiam a questão racial tiveram mais condições de fortalecimento da identidade racial de forma positiva.

Lemos (2017) observou que existe diferença na aceitabilidade dos estudantes cotistas a depender do curso em que estes estavam inseridos. Essas diferenças foram expressas nas relações com professores, colegas e funcionários da instituição. Nos cursos entendidos socialmente como sendo de maior prestígio social – Medicina e Direito, por exemplo –, os estudantes vivenciaram de forma mais direta o racismo institucional. A autora apontou que as cotas raciais proporcionam uma redistribuição econômica e promovem uma redistribuição de reconhecimento, pela possibilidade de criar condições para que negros e negras ocupem

cargos e posições de poder e prestígio social. De acordo com Mayorga e Souza (2012), é de suma importância conhecer as trajetórias escolares e sociais dos estudantes negros e pobres na universidade para orientar e construir políticas de permanência que atuem para além da perspectiva assistencialista focada na distribuição de bolsas.

O estudo de D. Santos (2009) teve como objetivo analisar a inserção dos estudantes negros na universidade para além das cotas, mostrando a política de ação afirmativa para pensar a permanência de universitários negros de forma material e imaterial. Busca assim avaliar as estratégias formais e informais existentes no campo universitário da Universidade Federal da Bahia para a permanência dos estudantes.

D. Santos (2009) identificou seis estratégias informais que foram utilizadas pelos estudantes: (1) **cooperação** – em que os estudantes se organizam entre si para auxiliar uns aos outros, no que tange aos estudos, transporte e alimentos; (2) **desempenho acadêmico**, uma estratégia individual, visando garantir um *score* global que possibilite acessar os melhores horários de matrícula nas disciplinas, assim como concorrer a seleções de pesquisa e/ou extensão universitária; (3) **invisibilidade**, visando não ser visto para não ser alvo de discriminação; assim era evitado falar em sala de aula ou fazer atividades coletivas; (4) A **polarização** aparece como estratégia de agrupamento com os semelhantes tendo como objetivo proteger e aumentar as chances de permanência simbólica. (5) O **branqueamento** das características fenotípicas foi apontado como estratégia por uma só entrevistada. Contudo, a autora não deixou de considerar que esse artifício pode ser utilizado por outros estudantes, que podem não ter se sentido à vontade para compartilhar essa estratégia. Finalmente, (6) o **enfrentamento** político do racismo e das injustiças sociais e raciais foi referido pelos estudantes como forma de conseguir permanecer na universidade.

A autora supracitada considera que apenas duas das estratégias citadas pelos estudantes são mais eficazes: a cooperação, pois permite a troca, a convivência e o contato

com a diversidade fortalecendo o grupo; e o enfrentamento, que permite um posicionamento político através do rompimento com o mito da democracia racial. No entanto, tal estratégia muitas vezes pode ter um custo elevado em função das represálias.

Borges (2018) acrescenta que, além da cooperação e apoio familiar, os estudantes também se organizavam de modo a passar o máximo de tempo na universidade com o objetivo de poupar custos com deslocamento, por exemplo. A estrutura dos *campi* – biblioteca, melhoria de laboratórios de informática com acesso à Internet, residências universitárias e assistência médico-odontológica – foi avaliado por M. Santos (2009) como um fator que contribuiria para a permanência de estudantes negros e negras na Universidade do Estado da Bahia, à época do estudo.

Perez (2017) identificou fatores informais de permanência ligados a aspectos pedagógicos com a utilização das redes sociais, a partir de grupos no *WhatsApp*. Para a autora, o envolvimento dos estudantes nos grupos possibilita que informações sejam apreendidas, sem necessariamente ser requisitado que todos tenham uma postura participativa e, para as pessoas que apresentam alguma dificuldade de interação, essa facilitação torna-se um mecanismo de inclusão social.

O estudo de Trindade (2018) identificou que a entrada na universidade se configurou como um importante momento de resignificação da identidade negra e que, inicialmente, a tomada de consciência da negritude estava atrelada à vivência de situações discriminatórias. Contudo, ao romper com o lugar da negritude construído na perspectiva brancocêntrica como campo de dor e/ou de inferioridade, outras formas de pertencimento aconteceram. A autora também afirma que os estudantes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, já haviam buscado apoio psicológico para lidar com situações relacionadas a ansiedade, mas não conseguiram por falta de vagas na instituição.

É importante destacar que a busca por apoio psicológico, voltado para o sofrimento do sujeito, não significa necessariamente que a demanda trazida por ele será analisada a partir da investigação dessa relação com os fatores institucionais. Assim, destaca-se a importância da articulação do singular com o institucional como via de promoção de mudança social a partir da inclusão de procedimentos que visem o enfrentamento das discriminações existentes nesse espaço.

Na pesquisa empreendida por Lima (2016), constatou-se que a barreira econômica ainda é um obstáculo para a permanência dos estudantes negros que adentraram pelo sistema de cotas, mas que a discriminação se articula e se soma às dificuldades econômicas como um entrave à permanência. A autora identificou que o fato de não existir uma política afirmativa de permanência que valorize as conquistas da população negra no acesso à academia contribui para que a comunidade acadêmica continue a ter posturas discriminatórias em relação às cotas.

Dois pontos nos chamaram bastante atenção na produção de Lima (2016): a primeira diz respeito à falta de conhecimento dos graduandos no primeiro ano sobre as políticas de permanência existentes na universidade; e a segunda é que, frente à vivência de uma situação de discriminação racial, os estudantes procurem as coordenações dos cursos e não o órgão responsável na instituição para fazer tal acolhimento e encaminhamento institucional para providências. Para a autora, isso indica que as ações relacionadas à divulgação do órgão responsável pelo acompanhamento dos estudantes e acesso às bolsas não estão sendo eficazes e que a busca pelo colegiado dos cursos não é a melhor opção, visto que os colegiados não estariam devidamente preparados para realizar tal acolhimento.

T. Santos (2017) e Melo (2018), ao narrar as experiências de estudantes quilombolas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), colocam-nos frente a importantes aspectos que dificultam o processo de permanência universitária. Em relação aos aspectos

pedagógicos, referem (a) inseguranças dos estudantes no que tange aos processos de avaliação e ensino proposto pelos docentes; e (b) não valorização dos saberes tradicionais, apresentados como um saber de menor valor. Disso decorre a necessidade de incorporar a história do Recôncavo e a história quilombola nos currículos, bem como a necessidade de haver mais professores (as) negros(as). Segundo as autoras, tal movimento pode se constituir como política de enfrentamento ao epistemicídio, entendido como “processo de destruição da racionalidade, cultura e civilização dos povos não brancos que se desdobra na dificuldade de acesso e continuidade no ensino de qualidade pela produção de situações que colocam o povo preto em lugar de inferiorização intelectual” (Carneiro, 2005, p. 102).

Em relação aos aspectos psicossociais, destacam que a crença de alguns estudantes não quilombolas a respeito dos estudantes quilombolas inibe o processo de identificação destes últimos nos espaços. Como exemplo, a concepção de que os estudantes quilombolas seriam mais beneficiados e que isso os colocaria em uma condição diferente em relação ao acesso a recursos materiais. Como possibilidade de ressignificação das vivências de ser um estudante quilombola universitária, T. Santos (2017) e Melo (2018) assinalam a importância das redes familiares e redes de estudantes como meio de fortalecimento psicossocial. Melo (2018) ressalta o Coletivo Osório de Brito (UFRB), que busca aproximar os estudantes quilombolas e ajudar na reflexão sobre o que é ser quilombola e estar na universidade.

Um ponto que merece destaque na pesquisa de T. Santos (2017) refere-se à indicação por parte dos entrevistados da necessidade de acompanhamento pedagógico e psicológico. O desejo de reconhecimento de suas singularidades no espaço universitário e a apreensão dessas singularidades, a partir de uma organização institucional que vise dirimir as violências e os processos de exclusão vivenciados, é outro importante aspecto trazido pelos participantes da pesquisa.

Quanto aos aspectos econômicos, foram ressaltadas a insegurança, por parte dos estudantes, por não saber se serão contemplados pelas bolsas de permanência existentes na universidade, o que impacta diretamente na forma como circulam e apreendem os códigos presentes neste espaço e a dificuldade de conciliar suas atividades laborais com as atividades acadêmicas, o que afeta a participação em pesquisa e extensão.

A pesquisa de Campos (2016) em relação aos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará nos apresenta pontos semelhantes aos já apresentados por Melo (2018) e T. Santos (2017). A autora afirma que a organização dos estudantes provoca intensa mudança na instituição, a qual se vê obrigada a rever sua estrutura, a fim de incluir a diversidade existente em seu espaço – “não são esses sujeitos que devem moldar-se às exigências desse modelo de ensino, mas que a universidade possa de fato ser um espaço dos negros, dos quilombolas e de todas as minorias” (T. Santos, 2017, p. 111).

Cabe sinalizar que não se pode naturalizar ou individualizar os sentimentos de não pertencimento ou inferioridade vivenciados pelos estudantes negros e quilombolas, visto que o racismo não cessa nos espaços universitários, mas adquire outros contornos. Podemos concluir, a partir dessas pesquisas, que o silenciamento das questões raciais presentes nesses espaços tem sido a tática institucional muitas vezes adotada para lidar com os conflitos existentes. Além disso, pode-se identificar como a desarticulação entre a perspectiva material e a dimensão simbólica das políticas afirmativas impacta diretamente na construção do sentimento de pertença desses estudantes. Nas palavras de Borges (2018), o que se tem é uma inclusão pela lógica da exclusão.

b) Programas Institucionais para Permanência de Estudantes

Mayorga e Souza (2012) e Jesus (2013) retratam os caminhos de implementação de uma política de cotas que apresenta como perspectiva tanto a questão socioeconômica quanto

aspectos políticos e identitários, pois compreendem a política de permanência como uma possibilidade de criar condições para promover a continuidade do estudante na universidade também na perspectiva simbólica. As experiências relatadas são, respectivamente, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UnB).

Mayorga e Souza (2012) destacam que a maioria das universidades brasileiras ainda concebe a assistência estudantil de modo meramente assistencialista, com uma perspectiva econômica, não sendo tão presentes programas de saúde, assistência psicológica e ensino de línguas e de informática. Destacam também uma desarticulação entre esse setor e os demais setores da universidade, sendo raros os planejamentos que mobilizam os diversos atores sociais que fazem parte desse ambiente com o objetivo de desenvolver uma cultura de acolhimento à diversidade.

Jesus (2013) descreve a implantação, no período de 2004 a 2008, na Universidade de Brasília, do órgão denominado Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (ADAC), que surge com o objetivo de centralizar o gerenciamento do sistema de cotas para negros e fomentar a diversidade. A ADAC buscava garantir a inclusão dos estudantes a partir das ações afirmativas e acompanhar o desenvolvimento acadêmico durante toda a graduação e também tinha como objetivo fortalecer os laços socioculturais.

Para isso, foi criado o Centro de Convivência Negra (CCN), ponto de encontro para que estudantes negros e cotistas tivessem acesso a informações a respeito da universidade, mas que também se constituía como um ambiente de sensibilização da comunidade acadêmica às temáticas da negritude, da diversidade, da igualdade e da justiça social (Jesus, 2013). Para Lima (2016), os projetos de permanência universitária que trabalham com linhas de ação que incluem mecanismos para além do econômico, como o instrumental, acadêmico, psicossocial, político-cultural, enfrentam dificuldades de realização, pois não são uma ação

integrada na universidade, compondo a instituição por meio de ações desarticuladas e enfrentam cotidianamente o mito da democracia racial.

Carvalho (2003) aponta que, para os estudantes negros, dois caminhos se fazem presentes quando adentram o ambiente universitário que invisibiliza as questões pertencentes à localização social e racial dos sujeitos: ou se metamorfoseiam em brancos após a introjeção dos códigos do mundo acadêmico (isso significa buscar uma aniquilação da sua trajetória de vida, dos seus valores e dos mecanismos de enfrentamento que aprenderam ao ter que lidar com a discriminação); ou partem para um enfrentamento direto a respeito das diferenças percebidas nesse espaço, denunciando o racismo e as injustiças, o que o autor aponta como um posicionamento que fragiliza a possibilidade de inserção nas “redes brancas já estabelecidas, saturadas e marcadas por padrinhos e controladores dos recursos disponíveis” (Carvalho, 2003, p. 186). O autor aponta o investimento nos programas de ações afirmativas como forma de romper o ciclo de exclusão que tem como base as relações raciais, as quais são amplamente silenciadas nas universidades.

Em relação à estruturação do programa de ações afirmativas da UFRB, Melo (2018) aponta a criação da PROPAAE (Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis), a primeira criada no Brasil, que possui como objetivo garantir o acesso e pós-permanência dos estudantes de origem popular, oriundos das escolas públicas, comunidades rurais e bairros periféricos, afrodescendentes, indígenas na educação superior pública brasileira.

A PROPAAE também trabalha na perspectiva de desenvolver a região na qual a UFRB está inserida, o Recôncavo da Bahia, o que se refere ao compromisso ético-político de reparar essa população em relação aos processos discriminatórios existentes na sociedade e que colocam as populações menos favorecidas em situação de desvantagem. Melo (2018) pontua que, embora a UFRB tenha dado importantes passos na construção de uma política de

ação afirmativa ampla, ainda existem pontos a serem desenvolvidos, principalmente em relação aos estudantes quilombolas e indígenas.

D. Santos (2009) afirma que o contexto de criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) na Universidade Federal da Bahia (UFBA) possuía o objetivo de aglutinar as ações que eram desenvolvidas de forma setorial e através da Superintendência de Assistência Estudantil. A autora afirma que na criação do órgão houve tensões internas em torno da inserção do termo ações afirmativas, pois alguns dos membros da universidade acreditavam que a questão de inclusão deveria girar em torno do aspecto de classe e não racial.

O programa de ações afirmativas da UFBA foi apontado como o mais completo, pois não se destinava apenas a pensar na forma de ingresso, mas em frentes que articulavam desde a preparação para entrada na universidade até o período após a graduação (Cunha, 2017; Pimentel, 2013).

Considerações finais

Os dados encontrados na literatura apontam que, embora se tenha construído, no início da política de reserva de vagas em universidades públicas, um amplo debate sobre as ações afirmativas como forma material de construir um país verdadeiramente democrático, com o passar dos anos, essas discussões foram minimizadas ou centradas na perspectiva de acesso, com pouca ênfase na permanência dos estudantes negros, quilombolas e indígenas. Alguns programas de permanência foram construídos em uma perspectiva na qual a universidade como um todo não era convidada a repensar as suas ações, deixando tais aspectos como responsabilidade de setores acadêmicos específicos, como se o debate decorrente das questões raciais não fosse um compromisso ético de todo o corpo universitário, o que gerou uma série de fragilidades na implementação de tal política. O

racismo institucional foi apontado como parte das universidades, em especial através de mecanismos de silenciamento das discussões raciais.

Torna-se, portanto, relevante destacar o conceito de racismo institucional cunhado por Werneck (2016), que o percebe não apenas como uma ação, mas também como uma omissão. Assim, a omissão frente às questões de discriminação no ambiente universitário é mantenedora de práticas institucionais que fragilizam a vinculação dos estudantes negros e quilombolas na universidade. Para a construção de uma instituição com uma política antirracista, é imprescindível analisar os fatores sociais que podem influenciar de maneira negativa a vivência e a permanência universitária. O não falar sobre questões que geram mal-estar não provoca o desaparecimento dessas no meio acadêmico, mas as invisibiliza, o que compromete uma discussão ampla sobre o tema.

Os diversos estudos analisados ressaltam a importância de uma política de permanência que ultrapasse a perspectiva econômica. Sem dúvida, não é possível desconsiderar a importância de recursos materiais como via de possibilitar a permanência na universidade, pois os estudantes que não conseguem acessar esses recursos necessitam recorrer a trabalhos que nem sempre tem relação com a sua área de formação e, ao não usufruir de outros espaços acadêmicos além da sala de aula, acabam tendo reduzidas as oportunidades de apreender importantes códigos, influenciando o processo de pertença universitária.

A partir do levantamento empreendido, também constatamos que: os estudantes negros e quilombolas continuam sofrendo discriminação a despeito da inserção a partir das cotas raciais; ainda há sub-representatividade de docentes negros nos espaços acadêmicos; a falta de discussão nos cursos sobre a questão da discriminação e diversidade permite que estudantes não negros continuem a perpetuar comportamentos preconceituosos e racistas, fazendo com que estudantes negros e quilombolas se sintam isolados e excluídos.

As pesquisas também apontam a importância de se desenvolver uma escuta que não individualize as experiências raciais no espaço acadêmico, pois as dificuldades de adaptação vivenciadas por muitos dos estudantes negros e quilombolas fazem parte das violências raciais presentes na universidade.

No que se refere à área da psicologia, as produções ainda são incipientes em relação à permanência universitária da população negra. A maior parte das produções selecionadas se concentra na área da educação. Damasceno e Zanello (2018) e Gouveia e Zanello (2019) apontaram a limitada produção da psicologia a respeito do impacto do racismo na saúde mental de pessoas negras. Cabe ainda destacar que o fato de algumas universidades estarem em regiões com maior percentual de pessoas negras não implica em si uma instituição antirracista, pois se compreende uma política antirracista para além da inserção de pessoas negras, quilombolas e indígenas na universidade. Trata-se dos modos como a universidade se reorganiza de forma social, cultural e política a partir do processo de análise que venha a desnaturalizar as violências cotidianas nesse espaço. Isso implica desde a revisão dos currículos para inserir outras epistemologias à qualificação de todo o corpo universitário para o acolhimento e orientação dos estudantes.

Observa-se que os programas de permanência que obtiveram mais êxito buscavam a promoção de uma política institucional inclusiva não apenas na perspectiva dos discentes, mas no envolvimento da universidade como um todo, o que inclui técnicos, docentes, discentes e terceirizados, visando a promoção de espaços de sensibilização, seminários e ações que apontem para a transformação da universidade, em busca de uma diversidade que representa a sociedade brasileira.

Desta forma, salienta-se a importância de relacionar o programa de permanência universitária com práticas de promoção de saúde mental, mas não em uma perspectiva

individualizante, pois se pode a partir dessa perspectiva continuar a reproduzir ações discriminatórias no ambiente em questão. É necessária uma ação coletiva e articulada.

Perigo é não olhar: influência do racismo institucional na vida universitária⁶

Resumo

As instituições, ao integrarem uma sociedade racista, reproduzem, em maior ou menor medida, mecanismos de distribuição de desvantagens e privilégios de acordo com o pertencimento racial do indivíduo. Com o objetivo de compreender como o racismo institucional afeta a permanência e a saúde mental de estudantes negros e quilombolas no ensino superior, foi realizado um estudo qualitativo, descritivo com estudantes autodeclarados negros ou quilombolas. No período de agosto a outubro de 2021, foram realizadas três oficinas *online* com alunos de cursos diversos de uma universidade do interior da Bahia. A análise das oficinas permitiu concluir que o racismo institucional é vivenciado de forma direta por meio do epistemicídio e da discriminação em decorrência da pertença quilombola, bem como se apresenta de forma indireta por meio da limitada informação a respeito da política de ações afirmativas. Conclui-se, então, pela necessidade de investimento em um programa de permanência que atrele fatores de ordem financeira e psicossocial ao enfrentamento do racismo institucional e que envolva toda a comunidade acadêmica.

Palavras-chaves: Racismo, Permanência Universitária, Saúde Mental, Racismo Institucional, Universidade.

Introdução

A sociedade brasileira foi construída sobre uma política de apagamento físico e subjetivo dos povos não brancos, e o impacto desse processo se mantém na configuração social, econômica, política, jurídica e educacional do país. De acordo com Almeida (2019), o racismo compõe a norma da sociedade brasileira e é um mecanismo que estrutura as diversas relações, tendo como fundamento a ideia hierarquizada de raça e servindo como parâmetro para distribuição de desvantagens e privilégios de acordo com o pertencimento racial do indivíduo. As instituições, ao compor esta sociedade, reproduzem em seu interior a mesma lógica normativa de diferenciação racial.

O racismo institucional se dá através da utilização de parâmetros discriminatórios baseados em características raciais que servem para conservação da hegemonia do grupo

⁶ Uma versão desse artigo foi submetida à “Revista Psicologia USP”, como comprova o Anexo B.

racial que ocupa o poder (Almeida, 2019). Para Werneck (2016), o racismo institucional não é apenas uma ação, mas também uma omissão frente às questões de discriminação nos ambientes institucionais. O silenciamento sobre as questões étnico-raciais no ambiente universitário, por exemplo, constitui-se como uma omissão que pode fragilizar a vinculação de estudantes negros e quilombolas à universidade.

Para construir mecanismos de inclusão na educação de nível superior, foi instituído, em 2010, o decreto nº 7.234, executado no âmbito do Ministério da Educação, que dispõe sobre o programa de assistência estudantil e possui como objetivos, entre outros, a redução das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do ensino superior, a redução das taxas de retenção e evasão e a promoção da inclusão social pela educação. Como forma de viabilizar tais objetivos, o decreto estabelece ações que deverão ser desenvolvidas pelas instituições federais de ensino nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, entre outras (Decreto n. 7.234, 2010). É importante destacar que, neste decreto, não é estabelecida ação específica direcionada à população negra, à população quilombola e indígena.

Em relação à permanência universitária de estudantes negros, Marques (2018) aponta a incipiente literatura sobre o tema e destaca que as discussões se concentram em pensar o acesso, dificultando a construção de políticas que articulem a permanência universitária com as questões étnico-raciais. Carvalho et. al (2021), ao realizar uma pesquisa sistemática de estudos nacionais e internacionais sobre a saúde mental de estudantes negros no ensino superior, identificaram limitados estudos que incluíam a raça como variável a ser analisada e, mesmo quando a raça estava incluída, os dados não eram analisados em profundidade, principalmente no que se refere ao impacto do racismo na saúde mental.

Desta forma, esse estudo tem como objetivo compreender como o racismo institucional influencia no processo de permanência e sofrimento psíquico das pessoas negras

e quilombolas na instituição pública de ensino, a fim de construir políticas de permanência que incluam verdadeiramente a diversidade.

Colocam-se assim as seguintes questões de investigação: como estudantes negros e quilombolas vivenciam o racismo institucional em uma universidade pública do interior da Bahia? E como a percepção deste fenômeno produz processos de sofrimento psíquico e impacta na permanência destes estudantes?

Procedimentos metodológicos

Este é um estudo qualitativo e descritivo. O objetivo do estudo qualitativo é reunir e sistematizar informações sobre um fenômeno complexo, através de uma investigação aprofundada (Freitas & Jabbour, 2011). Como delineamento de pesquisa, foi definido o estudo de caso, pois se busca analisar a vivência de estudantes negros e/ou quilombolas em uma unidade de ensino da Universidade Federal da Bahia e, como técnica de produção de dados, foram definidas oficinas e questionário sociodemográfico. As oficinas são compreendidas como práticas discursivas que possibilitam a apreensão de sentidos produzidos pelas pessoas e de aspectos que circundam a sua vida e orientam seus comportamentos. Quando utilizadas para a produção de conhecimento, as oficinas devem desenvolver dois aspectos: (a) intervenções visando à sensibilização da temática; (b) seu uso como instrumento de coleta de material para pesquisa (Spink et al., 2014).

A fim de contatar os participantes, a pesquisa foi divulgada através das redes sociais digitais – *site* e *Instagram* da instituição, e-mail de turmas e grupos de *WhatsApp*. Ao todo, dezessete pessoas se inscreveram, mas somente oito estudantes participaram dos encontros. Foram realizadas três oficinas *online*, por meio da plataforma *Google Meet*, entre agosto e outubro de 2021, tendo, cada uma, 2 horas de duração. Para participação, foram utilizados como critérios de inclusão: ter ingressado em curso de graduação no Instituto Multidisciplinar

em Saúde (IMS-CAT/UFBA) a partir do sistema de reservas de vagas para negros e/ou quilombolas; ter 18 anos de idade ou mais e ainda não ser graduado; possuir acesso à Internet, computador ou celular que permita a realização de vídeo chamada.

Baseado na formulação de *Oficinas de risco* (Spink et al., 2014), os encontros foram estruturados da seguinte forma:

1º momento: apresentação da proposta da pesquisa, apresentação do facilitador, observador e participantes.

2º momento: “aquecimento” para posterior abordagem do tema da pesquisa por meio da utilização de notícias sobre a inserção de estudantes negros e/ou quilombolas na universidade a partir da política de cotas raciais.

3º momento: aprofundamento do que foi levantado na etapa anterior, no que tange às políticas de permanência universitária e à vivência de um estudante negro e/ou quilombola na universidade.

4º momento: identificação e explicitação do modo como cada participante lidou com as situações apresentadas e a percepção de racismo institucional.

5º momento: finalização da atividade, quando os participantes foram convidados a compartilhar o modo como se sentiram e avaliar a atividade desenvolvida.

Os resultados da pesquisa foram interpretados a partir da Análise do Discurso, buscando interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais. Essa técnica de interpretação trabalha com a construção de sentidos do discurso a partir de três eixos organizadores – ideologia, história e linguagem –, possibilitando uma ampliação analítica através de uma interlocução teórica entre o que é dito, quem diz e a partir de qual lugar social isso é dito (Caregnato & Mutti, 2006).

A presente pesquisa foi submetida e aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE: 31493320.8.0000.5556), Número do Parecer: 4.466.435. De

acordo com a resolução nº. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. E por ter tido gravação de imagem, também assinaram Termo de Autorização para Uso de Imagem e Depoimento.

Resultado

Participaram das oficinas sete estudantes de cursos diversos. Sendo cinco mulheres negras e dois homens negros, os quais se autodeclararam cisgêneros; o período de ingresso na graduação variou entre 2015 e 2020. Para a preservação da identidade dos participantes, foram utilizados nomes de personalidades negras que atuaram no enfrentamento ao racismo e de outras opressões sociais no Brasil. Segue abaixo a Tabela 1, com informações sociodemográficas dos participantes:

Tabela 1

Perfil sociodemográfico dos participantes.

Nome	Idade	Curso	Ano de Ingresso	Gênero	Ação Afirmativa para Ingresso	Auxílio Permanência
Makota Valdina	36	Psicologia	2020	Mulher Cis	Quilombola	Alimentação
Maria Filipa	24	Nutrição	2015	Mulher Cis	Quilombola	Alimentação e Transporte
Ivone Lara	25	Enfermagem	2017	Mulher Cis	Quilombola	Permanência
Ruth de Souza	23	Psicologia	2017	Mulher Cis	Negro	Não possui
Aqualtune	22	Psicologia	2020	Mulher Cis	Negro	Permanência
Luiz Gama	29	Psicologia	2021	Homem Cis	Negro	Não possui
Carlos	22	Psicologia	2018	Homem	Negro	Moradia e

Iniciamos a atividade com a apresentação das pessoas que conduziram o encontro, facilitadora e observadora, e do objetivo da oficina. Os participantes foram incentivados a se apresentarem por meio dos seguintes pontos: nome, curso e o relato da experiência do ensino remoto. Devido à pandemia do coronavírus (COVID-19), a Universidade Federal da Bahia adotou o ensino remoto atendendo à medida de saúde pública de isolamento social, visando evitar a exposição e infecção da comunidade universitária.

O momento de apresentação dos participantes se mostrou importante para a vinculação à oficina, pois os mesmos puderam relatar as dificuldades e as potencialidades experienciadas nessa modalidade de ensino. Entre as dificuldades relatadas estavam: sobrecarga de tarefas universitárias, ausência de espaço adequado para realização dos estudos, readaptação ao convívio cotidiano com a família. E como potencialidade, cursar a universidade com menores investimentos financeiros, diminuindo gastos com aluguel de casa, transporte e comida.

Posteriormente, foram apresentadas três notícias disparadoras sobre a política de permanência universitária e questões étnico-raciais, sendo elas respectivamente: *Congresso da UFBA debateu assistência estudantil e direito à permanência na universidade* (UFBA, 2018); *Negros são a maioria nas universidades públicas do Brasil* (Mendonça, 2019), *Estudantes indígenas e quilombolas marcham e fazem ato em Brasília por política de permanência na universidade* (Cavali & Miotto, 2018). Com o objetivo de atender ao segundo e terceiro momento de estruturação da oficina, foram elaboradas questões geradoras de discussão, sendo elas as seguintes: Quais os desafios e as potencialidades desenvolvidas no ingresso e permanência universitária? Qual a percepção sobre o racismo institucional na universidade?

A partir desses questionamentos, identificamos três eixos discursivos que guiarão a discussão sobre as oficinas: a) *Ona*: perspectivas para o ingresso e permanência estudantil; b) *Oju*: cadê os negros da universidade? c) *Ebun*: permanência universitária, saúde mental e racismo institucional. *Ona*, *oju* e *ebun* são nomes em Yorubá e significam, respectivamente, caminho, olhos e presente. Cada eixo será analisado individualmente para que se possa compreender os enlaces ideológicos, históricos e subjetivos da vivência de estudantes negros e quilombolas em uma universidade pública no interior da Bahia.

Discussão

Ona: perspectivas para o ingresso e permanência estudantil

A dificuldade em relação ao ingresso na educação de nível superior é um aspecto que faz parte da vivência dos participantes que acessaram a universidade pela política de ações afirmativas: a precarização das escolas públicas e a pouca informação a respeito das possibilidades de ingresso e permanência na universidade foram sinalizadas como questões vivenciadas pelos participantes. Uma figura importante para o ingresso na universidade, destacada por duas discentes, é um dos professores integrantes do pré-vestibular destinado aos quilombolas, estudantes de baixa renda ou de escola pública. Este programa é realizado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (Vitória da Conquista, 2020), por meio da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com a Secretaria de Educação e com o Conselho das Associações Quilombolas do Território do Sudoeste da Bahia (PMVC, 2020).

O conhecimento da forma de ingresso a partir da reserva de vagas para estudantes quilombolas era um fator desconhecido por alguns participantes até entrarem em contato com o curso de preparação específico. Esse aspecto sinaliza como a política de ações afirmativas ainda tem sua divulgação restrita, dificultando o acesso de mais sujeitos a um direito

educacional. Outro aspecto que ressoa na ausência de informação adequada sobre essa política é apontado por dois participantes da oficina, Ruth de Souza e Luiz Gama, para os quais ingressar pela política de ações afirmativas parecia ser a declaração de possuir menor capacidade intelectual. Luiz Gama afirma que, na sua primeira inserção acadêmica, não se inscreveu pelo sistema de cotas, e Ruth de Souza declara que ingressa na universidade com a autoestima baixa por recorrer à política de ações afirmativas, conjuntamente com a percepção da disparidade educacional que possuía em relação aos colegas do curso pré-vestibular particular.

A necessidade de uma rede de apoio material e subjetiva para o ingresso e permanência na universidade foi repetidamente apontada pelos participantes. Essas redes são construídas de maneira formal no que tange à busca de recursos institucionais de cunho material e subjetivo, como, por exemplo, auxílios financeiros para a permanência, auxílio psicopedagógico e psicológico, como grupo de enfrentamento à ansiedade e a psicoterapia. Concomitantemente, foram construídos ou mantidos recursos informais de ordem material e subjetiva – busca de apoio familiar, comunitário e de relações com pares na universidade, a fim de construir um processo de fortalecimento das demandas financeiras, educacionais e emocionais. Como exemplo, trazemos o relato de Makota Valdina que vivenciou o ingresso na universidade como a realização de um sonho, mas depois começou a se questionar sobre os modos de concretizá-lo:

O Ingresso é muito bonito. Você vai. Você quer realizar seus sonhos e você quer se graduar, mas quando você parte para a questão financeira, “como eu vou me manter?”, “onde eu vou me alimentar?”... O aluguel está caro, “como é que eu vou fazer?” Aí você do sonho você passa a ter aquela realidade brusca (...). (M. Valdina, comunicação pessoal, 2021).

Pelo fato de ter ingressado em 2020 e a universidade ter adotado medidas de prevenção à infecção do COVID- 19, o que implicou em aulas remotas, Makota Valdina pôde retornar a sua comunidade e contar com o auxílio financeiro de familiares. Posteriormente, a mesma foi contemplada com o auxílio emergencial da instituição destinado aos estudantes quilombolas. Ela sinaliza que, se não fosse o auxílio, precisaria trancar o curso para trabalhar. No discurso de todos os participantes, foi apontada a importância do auxílio financeiro para a permanência na universidade.

Luiz Gama e Ruth de Souza afirmaram não serem beneficiários de auxílio para a permanência estudantil. O primeiro por não atender aos requisitos necessários para se enquadrar no programa. E a segunda, por identificar que, diante do número restrito de auxílios e percebendo que alguns de seus colegas enfrentavam maior vulnerabilidade econômica, poderia não ser contemplada. Por isso, desistiu de fazer o cadastro na Coordenadoria de Assistência Estudantil. Com o advento da pandemia, a renda familiar da estudante foi afetada e, se antes o auxílio não era uma necessidade, passou a ser neste período.

Outro impacto vivenciado pelos estudantes foi a redução dos valores dos benefícios em 2021, a exemplo do programa *Permanecer*, que destina bolsas a alunos que participam de projetos de extensão e pesquisa, o qual teve seu valor modificado de R\$ 400,00 para R\$ 250,00, devido à redução do repasse de verbas pelo Governo Federal a instituições de ensino superior⁷. Para o governo, o corte se realizou em despesas discricionárias ou não obrigatórias administradas pela universidade, como pagamento de água, luz, limpeza, além de bolsas de

⁷ Após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, as políticas públicas de educação sofreram sistematicamente desinvestimento financeiro, além de serem alvo de discursos de desqualificação. Essas ações expressam um regime político de desestruturação das instituições públicas, especialmente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Inicialmente, a Emenda Constitucional nº 095/2016 estabeleceu um novo regime fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União com vigência para vinte exercícios financeiros, restringindo gastos com educação e saúde. O governo do Presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, ampliou o desinvestimento ao realizar cortes dos recursos orçamentários que atingiram as IFES e as agências destinadas à formação de apoio à pesquisa (Araújo e Macedo, 2022), e uma prática sistemática de ataque à produção de conhecimento científico.

auxílio a estudantes e assistência estudantil (Ricardo, 2020). Estas despesas são imprescindíveis para a continuidade das atividades e impactam diretamente em medidas de permanência destinadas a estudantes que possuem poucos recursos financeiros.

Maria Filipa destaca, no relato abaixo, como a redução dos valores dos auxílios e a sua desvinculação do Programa de Bolsa de Permanência (PBP) afetaram significativamente a qualidade de vida, além de criar instabilidade sobre a possibilidade de concluir a graduação.

A única renda que eu tenho são os auxílios e bolsas da UFBA. Agora esse mês mesmo a gente teve uma redução de todos os auxílios e tem sido assim (...) muito difícil. Eu estou numa experiência muito complicada, porque eu não sei se eu vou conseguir terminar a faculdade. Eu não sei se em algum momento eu vou precisar trancar a faculdade. (M. Filipa, comunicação pessoal, 2021).

O PBP, instituído em 2013, apresenta como objetivo reduzir as desigualdades sociais e étnico-raciais, contribuindo para permanência e formação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior federal (Portaria n. 389, 2013). Maria Filipa sinaliza que, após ter ultrapassado o tempo regulamentar de conclusão da sua graduação (5 anos e mais dois semestres após esse período), foi desvinculada do programa, critério previsto na normativa 389/2013 do Ministério da Educação. Esse critério adotado pela normativa desconsidera outros fatores, para além do financeiro, que influenciam o processo de diplomação dos estudantes e que podem concorrer para o prolongamento da sua formação, como é possível identificar nos demais subtópicos.

Oju: cadê os negros da universidade?

Em todas as oficinas, os estudantes questionaram, na reportagem que identificava o aumento de pessoas negras na universidade, onde essas pessoas estariam, visto que a realidade dos participantes demonstra um número reduzido de negros na instituição. O

processo de democratização do ensino superior com a adoção, por exemplo, da política de ações afirmativas e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), influenciou no aumento de pessoas negras na educação superior, mas esse índice ainda é inferior ao percentual dessa população no país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019).

Conjuntamente a isso, foi sinalizado pelos participantes o maior percentual de pessoas pardas em comparação às pretas na universidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE, 2020), as pessoas que se autodeclararam pretas representam 9,2% da população brasileira. No entanto, associar que a escassez de pessoas de pele escura na universidade se dá em decorrência do número reduzido de pessoas pretas existentes no território brasileiro é uma análise limitante do fenômeno de como o racismo é expresso nesta sociedade.

As características fenotípicas (cor de pele, tamanho dos lábios e nariz, tipo de cabelo) são utilizadas como marcador da negritude nas sociedades que tem o racismo estruturado através do modelo pigmentocrático (Wedderburn, 2007). A consequência dessa estruturação é dividir a sociedade em uma escala de humanidade em que os sujeitos que se aproximam mais da branquitude terão maior passabilidade social, viabilidade de acessar postos de poder social ou diminuir a possibilidade de ser alvo de violência racial. Coloca-se como hipótese da limitada presença de pessoas retintas na universidade a presença significativa de traços de negritude: quanto mais traços negroides o sujeito possuir, mais a violência racial incidirá em sua vida de maneira diretiva, limitando ou vulnerabilizando o seu deslocamento nos espaços de poder, como o sistema educacional e, especificamente, o nível superior.

A dificuldade de perceber pessoas negras na docência, no corpo discente e técnico, assim como na grade curricular, pode ser vivida pelos estudantes como uma vertente da

aniquilação subjetiva, ontológica e epistêmica (Carneiro, 2005), aspecto que é sinalizado na fala de Ruth de Souza:

A grade de psicologia é toda composta por autores, pensadores, cientistas brancos e isso impacta muito a forma que eu me vi dentro desse curso e como eu não me senti... sei lá...como se fosse algo distante da minha realidade. Também outra coisa que rola é que quando a gente está dentro de um curso que é majoritariamente branco e que você entra na sala e vê poucas pessoas de sua cor acaba que alguns argumentos, algumas conversas sobre questões étnicos-raciais elas começam a aparecer na sala, mas acaba sendo um discurso morto de que nunca nada vai para frente. (R. Souza, comunicação pessoal, 2021).

Recorrer ao conceito de epistemicídio, como um dos braços do racismo institucional, amplia o entendimento de como esse é expresso nas instituições educacionais. Para Carneiro (2005), o epistemicídio se configura para além da destituição da racionalidade, da cultura e civilização do outro, mas também como:

um processo persistente de produção da indigência cultural que vai desde a negação ao acesso a uma educação de qualidade até a uma invisibilização do sujeito negro como produtor de um conhecimento que pode influenciar na esfera cognitiva através da carência material, bem como na autoestima pelas constantes violências sofridas (Carneiro, 2005, p. 102).

Três dos sete participantes das oficinas apontam ter se sentido solitários em algum momento da vida acadêmica. Esse sentimento é gerido de maneira diferenciada por cada sujeito. Podemos destacar dois caminhos apresentados pelos participantes: a) distanciamento das atividades acadêmicas ou b) construção de articulações dentro ou fora da universidade que influenciam positivamente no sentimento de pertença universitária. A forma como o

sujeito interpreta o que vivencia como algo do campo individual ou institucional fará com que organize estratégias diferentes para lidar com as dificuldades.

Ebun: permanência universitária, saúde mental e racismo institucional

Permanência Universitária

A precarização do ensino médio público e a percepção da disparidade deste com o ensino particular foi apresentada como fator que provocou alteração da autoestima e como disparador de processos de sofrimento psíquico, como podemos perceber no discurso de Ruth de Souza: “Eu comecei a ter frequentes crises de ansiedade e isso afetou muito a minha autoestima porque eu comecei a me sentir burra e inapropriada nos lugares que estava” (R. Souza, comunicação pessoal, 2021).

Os alunos negros e quilombolas que ingressam na graduação pelo sistema de cotas, geralmente apresentavam bom desempenho acadêmico no ensino médio e, ao se deparar com uma realidade em que os conhecimentos exigidos no ensino superior necessitam de uma base construída anteriormente, tendem a interpretar tal disparidade como uma incompetência acadêmica de ordem individual, caso não analisem o contexto político e social de precarização da educação pública de ensino básico e médio (Mayorga & Souza, 2012).

Maria Filipa sinaliza como sentimentos de inadequação a desmotivaram para seguir no curso:

Era como se eu não tivesse no mundo, em uma realidade condizente, porque eu não entendia nada do que os professores falavam (...) E foi aí, que eu comecei a atrasar o meu curso. Graças a Deus que com o passar do tempo, eu fui me adaptando. (M. Filipa, comunicação pessoal, 2021).

Para Maria Filipa, um dos fatores que auxiliou a sua adaptação foi o início das disciplinas específicas em que pôde (re)encontrar a motivação por ter escolhido o curso. Um

ponto importante a sinalizar é que no processo de adaptação às demandas universitárias, a estudante precisou acessar códigos que não teve contato no ensino médio e construir uma base de conhecimentos que lhe possibilitou vivenciar os outros semestres com mais tranquilidade. No entanto, essa adaptação não ocorreu sem sofrimento, visto que a mesma apresenta em seu discurso a presença de sentimento de inadequação nos primeiros semestres da graduação.

Como alerta Almeida (2019), o racismo estrutura a sociedade brasileira. A cor e a origem quilombola são variáveis utilizadas na sociedade racista para hierarquizar as relações sociais e manter os grupos que não fazem parte do pacto narcísico da branquitude fora do ambiente de poder político e social (Bento, 2014). A suposição por parte dos docentes de que todos os estudantes possuem a mesma realidade social, econômica e educacional é um dificultador para a apreensão de conhecimentos pelos discentes. Como já é esperado ou exigido que os mesmos tenham um determinado saber, é feito pouco ou nenhum investimento, por parte dos docentes, para compreender a realidade educacional da turma, o que podemos perceber na fala de Ivone Lara: “E assim, para os professores não importa como você veio de seu ensino. Eles simplesmente falam assim, olha isso aqui eu não vou adentrar, porque vocês viram isso no ensino médio”. Mas efetivamente nem todos viram os mesmos assuntos no ensino médio, ainda mais ao se considerar a realidade concreta das escolas públicas.

Makota Valdina nos alerta para a importância de analisar o contexto e compreender que as realidades são diferentes e que essas não significam incapacidade ou limitação cognitiva, mas que as vias para acessar os conhecimentos foram outras.

Eu via um rapaz, que ele já veio de outra faculdade, ele se expressava muito bem, ele fala muito bem. Aí uma colega minha falou comigo, “ele é muito inteligente”. E eu falei “a gente também é!”, só que a cultura dele é diferente da nossa. Então não é

porque ele tem essa expressão toda, que a gente também não pode. Então assim, ele buscou mais. Enquanto ele estava buscando nos livros, a gente estava buscando na vida, né? (M. Valdina, comunicação pessoal, 2021).

É importante destacar que a meritocracia, a suposição de que o mérito é um resultado do esforço individual, se ancora no neoliberalismo, compreendido não apenas como um projeto econômico, mas também como projeto político que influencia as formas de gestão da vida e a produção de sofrimento psíquico e social (Aires, 2021).

A lógica meritocrática e o processo de individualização de questões sociais influenciam na percepção que os sujeitos possuem dos seus sucessos ou insucessos no ambiente acadêmico. Com a racionalidade de produtividade extrema, o sujeito passa a ser compreendido como aquele que deve ser capaz de fazer-se pertencer a esse universo, ou melhor, mutilar-se para caber no sistema acadêmico. Somando-se à lógica neoliberal e produtivista, o racismo intensifica a individualização deste processo, pois as pessoas negras são colocadas na posição de que precisam provar constantemente que são merecedoras de ocupar o espaço de poder e saber na universidade. Desta forma, essa forma de gerência da vida pode ser disparadora de sofrimentos e adoecimentos, além de, ocasionar a fragilização de mobilização política e social que visem à revisão de práticas institucionais.

Teixeira (2020) identificou que, ao ingressarem na instituição, os estudantes vivenciam tensões em função da construção social de que a universidade não seria um lugar socialmente esperado para eles e podem sentir-se obrigados a provar o tempo todo seu lugar de merecimento ou de intelectualidade. A compreensão da existência do racismo estrutural e de como este se transversaliza em diversas dimensões da vida dos sujeitos negros foi o recurso utilizado para a construção do que Teixeira (2020) intitulou *self decolonial*, ajudando a romper com processos alienantes que construíam sentimento de culpa pelo insucesso ou diferença, por exemplo.

Serviço de Psicologia IMS-CAT/UFBA e Saúde Mental Universitária

A universidade oferece a possibilidade de atendimento psicológico aos estudantes a partir do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA). Esse atendimento é realizado por duas técnicas-administrativas, psicólogas clínicas. O acesso aos atendimentos psicoterapêuticos ou psicoeducativos se dá através da inscrição em uma lista de espera para atendimento. Além dessas modalidades, a partir de 2019 foi ofertado o plantão psicológico que, por ser um serviço de urgência, não exige agendamento ou inscrição prévia para o atendimento, constituindo-se como um espaço de acolhimento a situações de crises. No entanto, as participantes relatam a experiência de busca do atendimento psicológico anterior ao período de implementação do plantão e relatam terem conhecido o SPA a partir da intermediação dos professores.

A intensificação do sofrimento psíquico relacionado ao ambiente universitário conduziu Maria Filipa, Ivone Lara e Ruth de Souza a buscar o Serviço de Psicologia da universidade, mas o limitado número de servidores nesse setor e a alta procura por atendimentos ocasiona uma dificuldade de acolher imediatamente todos aqueles que buscam o serviço e que, por vezes, são encaminhados para a lista de espera, aspecto que foi identificado na narrativa de três participantes. É importante salientar que até setembro de 2018, o SPA funcionava com apenas uma psicóloga clínica.

Cabe considerar que a proposta de atendimento na perspectiva de psicoterapia individual não é suficiente para suprir as demandas do espaço universitário, pois existe uma discrepância entre oferta e procura, sendo requisitado às profissionais a construção de novos espaços de acolhimento psicológico. Além disso, há o risco de produzir a individualização de questões sociais e institucionais, dificultando a realização de ações que levem efetivamente à reorganização de novas práticas administrativas. A instituição que adota uma concepção

individualista do racismo, o compreendendo como um fenômeno ético ou psicológico, pode perceber apenas situações diretas de discriminação racial e invisibilizar o aspecto político do fenômeno (Almeida, 2019).

A procura pelo atendimento no Serviço de Psicologia, por Ivone Lara, aconteceu através da intermediação de um docente que identificou que a aluna passava por um momento de instabilidade emocional. É preciso refletir de que maneira a instituição compreende o cuidado em saúde mental e quais relações são feitas entre esta e a permanência universitária, de modo a não patologizar e psicologizar os efeitos do racismo na saúde mental. O entendimento desta relação pode embasar a construção de novas práticas de saúde no ambiente universitário, visto que é possível compreender a situação vivenciada pelos estudantes como um sinal decorrente da estrutura social e política da instituição. Nesse sentido, torna-se fundamental discutir os modos de apresentação do racismo institucional.

Racismo Institucional

D. Santos (2009), ao investigar as estratégias adotadas por estudantes para permanecer na universidade, relatou a presença de comportamentos de embranquecimento como vias de adaptação. Nas oficinas, foi possível perceber tal estratégia compondo o processo adaptativo em algum momento da trajetória universitária. Desta forma, esconder as origens foi visto por alguns como uma maneira de evitar possíveis violências, a exemplo de não se identificar como quilombola, como Maria Filipa relata no contato com uma colega:

Eu tive uma experiência com uma colega, uma colega até de turma mesmo, que ela é quilombola e, tipo, eu sempre conversava com ela tentando... Pra que a gente mostrasse para as pessoas de onde a gente veio, a importância disso. Em determinado momento ela chegou pra mim e falou: “eu não gosto muito de ficar falando que eu sou quilombola não”. Aí eu falei assim “mas por quê?” e ela “ah não”... Ela quis dizer,

tipo assim, que as pessoas a tratariam com indiferença se soubessem que ela veio de uma comunidade, que ela não se igualaria, não seria melhor. (M. Filipa, comunicação pessoal, 2021).

É possível esconder a origem, mas as características fenotípicas de que forma são escamoteadas neste contexto? Ruth de Souza percebeu que o seu processo de identificação como mulher negra se modificou depois que ingressou na universidade: “(...) quando entrei na UFBA, eu estava passando por um processo de transição capilar e aí eu alisei o meu cabelo de novo. Comecei de novo a tentar me enquadrar num padrão e isso também gerou consequências psicológicas”. (R. Souza, comunicação pessoal, 2021).

Carlos Marighella acredita que uma das consequências do ingresso em um ambiente majoritariamente branco é a tentativa de enquadramento no padrão da branquitude e percebe isso também através do uso da linguagem:

Muitas vezes é uma consequência de estar na universidade e a pessoa se embranquece e ela fala acadêmiquês e ela não consegue se comunicar com os seus. Eu já cheguei na época de estar ali na universidade e pensar assim - meu Deus, ninguém entende o que eu estou falando, ninguém do meu povo, da minha família. (C. Marighella, comunicação pessoal, 2021).

A importância da linguagem no seio de subjetivação do colonizado é apontado por Fanon (1963/2008, p. 33) como um mecanismo em que o colonizado busca ser reconhecido pela cultura dominante como pertencente a esta. Nesta perspectiva, assumir o código universitário de uma forma irrestrita pode aparecer como um mecanismo de adaptação a esse contexto social educacional que, por décadas, excluiu a população negra ou, se lhe possibilitou adentrar, foi, majoritariamente, como objeto de estudo. O uso da linguagem acadêmica descontextualizada pode se configurar como uma expressão da alienação racial em busca de reconhecimento social. O movimento de reflexão que Marighella faz acerca da sua

linguagem inaugura o rompimento do processo alienante e busca a conexão com suas origens como forma de resgatar a própria existência.

Já para Maria Filipa o espaço universitário possibilitou a autoafirmação positiva da negritude:

Teve um grupo de pessoas assim, que se encaixava muito no que eu me vejo. Eram mulheres negras, de cabelos semelhantes ao meu e que tinham falas muito fortes, muito presentes na questão da luta, da importância da luta contra o racismo, contra o preconceito, em expor todas questões que a gente vive, que a gente fica se escondendo tanto e foi ali que eu me encontrei, nesse grupo, né? Com pessoas com falas muito marcantes. É tanto que toda vez que tem discussões em sala de aula sobre esses temas, elas sabem se colocar muito bem e eu fiquei muito contente quando eu passei a fazer parte desse grupo, né? Pra eu poder também me impor mais, colocar mais a minha opinião, a importância (M. Filipa, comunicação pessoal, 2021).

Perceber-se como um ser potente, ao encontrar-se com pessoas com características semelhantes, construiu em Maria Filipa a possibilidade de rompimento com o lugar de alienação. Para Souza (1983), nascer no Brasil com pele preta ou características negroides é compartilhar um sentimento de desenraizamento, que impossibilita a construção de uma identidade positivada de ser um sujeito negro, já que, a todo tempo, o negro vive em um tensionamento para não sê-lo. Como afirma Gonzalez (2020), a questão da cidadania negra tem estreita relação com a construção da identidade. Nesse sentido, romper com a política de embranquecimento que diuturnamente nos é imposta é uma saída psíquica, mas também uma saída política, em busca de direitos concretos, bem como construir referenciais negros no espaço acadêmico.

A universidade é vivida como uma conquista de sonhos individuais e coletivos pelos discentes. No entanto, é também um espaço em que os sujeitos vivem situações de violência,

as quais podem se apresentar de diferentes maneiras, inclusive pela ausência de letramento racial da comunidade acadêmica – como é possível perceber na narrativa apresentada por Marighella:

Na minha primeira semana de aula, um professor em uma sala de mais de 40 alunos (...) encostou na minha cadeira, eu estava sentado na frente, eu era uma das poucas pessoas negras naquela turma e ele veio com um discurso de vitimização, de penalização, de pessoas que infelizmente não conseguem certas coisas e que certas coisas são mais difíceis. Ele fez cara de dó para mim. Ele fez cara de dó. E a turma inteira naquele começo olhou para mim. Porque eu era uma pessoa negra aqui, mas ainda era uma pessoa negra que tava sentada lá na frente e no monte de fileira de cadeiras para encostar, ele encostou em mim, para falar de sentimento de pena. (C. Marighella, comunicação pessoal, 2021).

Compreender de que forma o racismo atua gerando desigualdade socio-racial é importante para o enfrentamento desse fenômeno por todos os sujeitos, independente do seu pertencimento étnico-racial. Todos os sujeitos são, portanto, responsáveis por promover ações conscientes que busquem a construção de uma realidade social de direitos para todos. Assim, para que a instituição universitária não reproduza práticas discriminatórias, é necessário que assuma uma posição antirracista, com adoção de políticas efetivas que promovam a igualdade de acesso e de permanência institucional (Almeida, 2019).

A UFBA possui mais de 15 anos de implementação das cotas raciais e vivenciou neste período uma série de discussões sobre essa implementação com objetivo de garantir a legitimidade política e social. Ao formular o programa de ações afirmativas, a UFBA buscou garantir não só o acesso, mas também a preparação e a permanência no ambiente universitário, como sinaliza Pimentel (2013). No entanto, percebemos, no discurso dos

estudantes, que ainda existem “ruídos” relacionados à política de ações afirmativas como é possível perceber na fala de Ivone Lara:

A própria estrutura questiona sobre a nossa capacidade educacional. Até na minha própria sala já foi questionado a questão da cota mesmo, porque eles consideram que a gente é menos capaz, na questão do aprendizado, do saber. Sem saber que a cota é uma reparação histórica do nosso povo, porque é uma questão também educacional. A gente vive na periferia, tem a questão do ensino precário, mas acaba colocando isso e, a gente usa dessa fala deles, desse posicionamento deles, para a gente mesmo. (I. Lara, comunicação pessoal, 2021).

De acordo com Mayorga e Souza (2012), é de suma importância conhecer as trajetórias escolares e sociais dos estudantes negros e pobres na universidade para orientar e construir políticas de permanência que atuem para além da perspectiva assistencialista focada na distribuição de bolsas e que os “ruídos” continuem sendo sempre compreendidos como nada além de “ruídos” (p. 267). Os ruídos aqui referidos são processos que interferem na formação dos estudantes, mas que são percebidos como aspectos individuais, impedindo a construção de ações institucionais e coletivas.

Na narrativa abaixo, é apresentada uma experiência direta de racismo na sala de aula, por ter ingressado pelo sistema de reserva de vagas para quilombolas.

O preconceito que a gente vê em algumas falas chega a nos desmotivar muito. Teve duas situações, né, um professor específico sempre falava... Eu sempre fiz questão de ressaltar que eu venho de uma comunidade quilombola, ressaltar mesmo a questão da minha raça, dizer da importância da luta e tudo e ele sempre falava assim: “aí é fácil, né? É muito fácil passar por cota, desse jeito eu vou engravidar a minha mulher e botar ela pra parir lá na comunidade, pros meus filhos passarem mais fácil nas

faculdades, não sei o quê.”. E era uma coisa assim, bem horrível os comentários que ele fazia (M. Filipa, comunicação pessoal, 2021).

É importante salientar que Maria Filipa ingressou na universidade com entendimento da importância da política de cotas e, embora o discurso do professor a tenha afetado, a mesma possuía ferramentas para nomear o comportamento do docente como racismo, o que pode não acontecer com outros estudantes quilombolas que optem por esconder a sua origem como forma de evitar a violência. No entanto, a estudante não relata ter buscado setores da instituição para denunciar a violência sofrida.

A estudante afirma que se sentiu descredibilizada com a declaração do professor, o que se coloca em diálogo com a pesquisa de Martins, Lima e Santos (2018) que afirmam que microagressões raciais e de gênero são preditoras de menor nível de saúde mental e afetam negativamente a autoestima de mulheres negras.

Experiências de racismo ou a percepção dessas vivências com outras pessoas podem minar a autoestima dos sujeitos negros e quilombolas, afetando concomitantemente a maneira como vivenciam o espaço universitário, evitando exposição à situação de avaliação ou seleção. No relato de Ruth de Souza é possível perceber o comportamento de evitar exposição a situações em que pudesse ser avaliada: “eu desenvolvi um comportamento dentro da UFBA, que isso me prejudicou bastante, de evitar qualquer processo seletivo porque eu tinha medo de não conseguir, mais pelo sentimento de incapacidade, eu comecei a fugir disso” (R. Souza, comunicação pessoal, 2021).

Situações de insucesso no processo educacional relacionadas ao racismo podem, por exemplo, ser interpretadas e sentidas por pessoas negras como um aspecto de sua responsabilidade, culpando-se por não ter se adaptado a determinadas situações, o que gera sentimento de auto-ódio, culpa e desesperança, como sinalizam Tavares e Kuratani (2019).

Considerações finais

O presente estudo visou compreender como o racismo institucional influencia no processo de permanência e sofrimento psíquico das pessoas negras e quilombolas de uma universidade pública, a fim de construir políticas de permanência que incluam verdadeiramente a diversidade. Para isso, foram realizadas oficinas *online* e aplicado um questionário sociodemográfico. A partir da interpretação dos dados, foram construídos três eixos discursivos: a) *Ona*: perspectivas para o ingresso e permanência estudantil; b) *Oju*: cadê os negros da universidade?; c) *Ebun*: permanência universitária, saúde mental e racismo institucional

A partir dos pontos principais identificados na análise de dados, serão propostas reflexões e intervenções para estruturação de estratégias que influenciem positivamente na permanência universitária e saúde mental de jovens negros e quilombolas na universidade.

Identificou-se que a *percepção da disparidade da educação no ensino médio público com o ensino médio privado* é um fator que gera angústia e, inicialmente, dificuldade de adaptação à rotina no ensino superior, podendo constituir-se como um estressor que afeta os primeiros semestres dos estudantes negros e quilombolas na universidade. É preciso compreender que se há a transversalização desse aspecto na vivência de tantos estudantes, é necessário que a instituição o compreenda como um ponto a ser avaliado na política de assistência estudantil para que sejam construídas estratégias eficazes de intervenção. A exemplo, oficinas de nivelamento de conhecimentos prévios, que além de atuar na perspectiva da permanência tem a potencialidade de ser um espaço promotor de saúde mental ao possibilitar um ambiente em que sujeito possa ter acesso a ferramentas que lhe possibilitem construir uma percepção maior de autoeficácia relacionada à vida acadêmica.

Nos relatos dos estudantes também estavam presentes os *sentimentos de não pertencimento e incapacidade no início da vida acadêmica*. Estas expressões precisam ser

analisadas como um todo e não de forma individual e subjetiva apenas, pois possibilitam a compreensão de que esse sentimento de diferença, em termos negativos, pode ser reforçado pela própria estrutura educacional e pelo racismo institucional. A influência do racismo no adoecimento psíquico e no desempenho escolar nem sempre será apontado de forma direta pelo sujeito negro - sendo consequência de como o racismo é vivenciado no Brasil – atravessado pelo mito da democracia racial e pelo ideal de embranquecimento (Tavares & Kuratani, 2019). A ausência de entendimento do corpo técnico universitário e docentes de como o racismo permeia a vida de sujeitos negros e quilombolas pode atuar como mais um aspecto potencializador de sofrimento psíquico. Desta maneira, a implantação de espaços institucionais que ofereçam letramento racial aos servidores e docentes na universidade pode agir como um espaço de acolhimento indireto aos estudantes.

O *sentimento de solidão* também foi expresso pelos participantes como compondo a vivência universitária - que é destacado desde a limitada presença de pessoas negras na docência, no corpo discente e técnico até a ausência de uma grade curricular que inclua o estudo da diversidade. Embora a Lei 12.990/14 institua a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais para cargos efetivos e empregos públicos para candidatos negros, o seu impacto na promoção da diversidade no âmbito universitário é mínimo. Por conseguinte, é necessário refletir sobre as barreiras de acesso desse público e propor novas estratégias de permanência que modifiquem a realidade vivenciada.

Situações de *vivências do racismo institucional de forma direta* também foram apontadas pelos participantes, mediante a discriminação quanto à origem, ser integrante de uma comunidade quilombola, ter ingressado pelo sistema de cotas. Desta maneira, os participantes percebem que alguns colegas evitam identificar sua origem ou o modo de ingresso como forma de evitar possíveis violências. O epistemicídio foi destacado neste

estudo como um dos braços do racismo institucional que afeta diretamente a vivência que os estudantes terão no ambiente acadêmico.

A construção de uma política de permanência estudantil que possua como pilar a escuta das vivências de estudantes negros e quilombolas na universidade é de suma importância para a promoção de uma inclusão de fato, pois constitui-se como via para construir ações simbólicas e sociais de permanência, não se limitando à perspectiva material. Com isso, a construção de grupos de acolhimento para estudantes em situação de vulnerabilidade social e de apoio à diversidade e a divulgação de ações dos setores responsáveis pelo enfrentamento ao racismo se constituiriam como importantes canais de diálogo.

Neste sentido, coloca-se como estratégia articular os diversos setores e atores da universidade na organização do programa de permanência e a compreensão de que o racismo compõe a estrutura universitária e que devem haver ações reais de enfrentamento (Mayorga & Souza, 2012; Jesus, 2013; Marques, 2018). Como exemplo, formação de discente, técnicos e terceirizados a respeito do racismo e de políticas de enfrentamento a esse, grupo de apoio de orientação acadêmica para estudantes negros, quilombolas e indígenas na universidade; reforma curricular, espaços formativos abertos para toda a comunidade, disponibilização de espaço de monitoria e tutoria nas disciplinas do primeiro semestre da universidade e divulgação de setores da instituição responsáveis por promover o combate ao racismo e outras discriminações.

Mais uma vez, afirma-se que a negação do racismo institucional pode dificultar o desenvolvimento de estratégias eficazes que contribuam para a análise dos eventos cotidianos relacionados à violência racial e que interferem na permanência universitária e na saúde mental dos discentes.

Como limitação deste estudo, destaca-se a ausência de maior diversidade de participantes nas oficinas com estudantes dos cursos de Medicina, Biotecnologia Biologia e Farmácia, assim como, a análise da interferência de outros fatores sociais, como capacitismo e a LGBTfobia, que se inter cruzam e podem atuar como variáveis que influenciam a saúde mental e permanência universitária. Ressalta-se a necessidade de mais pesquisas sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas nas universidades brasileiras com o objetivo de compreender os desafios enfrentados por esses e propor ações concretas para a política de inclusão.

ORI: programa institucional de pesquisa, acolhimento e fortalecimento de estudantes negros, quilombolas e indígenas do IMS-CAT/UFBA

Uma árvore sem raiz não fica de pé.

Ponto de Equilíbrio

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no âmbito do Ministério da Educação, foi instituído em 2010 por meio do Decreto nº. 7.234, que tem como proposta ampliar as condições de permanência de jovens na educação pública federal. Possui como objetivos: I) democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do ensino superior; III) reduzir as taxas de retenção e evasão; IV) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Decreto n. 7.234, 2010, p. 1).

Embora esse documento seja um avanço para a garantia de permanência universitária, é importante destacar que ele não estabelece ação específica direcionada à população negra, quilombola e indígena. Além disso, o mesmo foi estabelecido antes da Lei 12.711/12 que garante a obrigatoriedade de reserva de vagas nas instituições federais de ensino, aspecto que também pode ter influenciado na ausência de uma atenção direcionada a públicos específicos.

Em nossa pesquisa foi possível identificar que o racismo institucional afeta a maneira como os estudantes negros e quilombolas vivenciam a universidade. Soma-se a isso a ausência de compreensão a respeito do impacto do racismo na vida acadêmica, o que pode se constituir como um provocador a mais de sofrimento e adoecimento mental.

No artigo intitulado *Perigo é não olhar: influência do racismo institucional na vida universitária* foi possível identificar que a permanência universitária envolve aspectos materiais, a exemplo: acesso aos recursos econômicos e a ferramentas educacionais que proporcionem a inclusão e, aspectos simbólicos, a exemplo: reestruturação curricular com o

estudo da saúde das populações não brancas, maior presença de profissionais técnicos e docentes negros, entre outros.

Constatamos ainda que a percepção que o sujeito possui sobre si, sobre seu processo de aprendizagem, o acesso a recursos financeiros que lhe garantam a permanência, as informações sobre a universidade, as políticas de ações afirmativas e a percepção de situações de discriminação racial ou de origem no espaço acadêmico podem afetar a maneira que este vivencia a universidade, constituindo-se como um fator importante para análise institucional e para a construção de intervenções no âmbito da promoção de saúde e da política de permanência estudantil.

No artigo *Permanência universitária e racismo institucional: uma revisão de literatura* identificamos que os estudantes negros e quilombolas organizam diversas estratégias de enfrentamento aos processos de violência e de exclusão no espaço universitário. No entanto, a organização individual ou estudantil não exime a universidade de responsabilizar-se por uma organização institucional que apoie e acolha a diversidade. Os programas de permanência universitária que não levam em consideração os fatores sociais da população assistida tendem a desenvolver ações desarticuladas que, por consequência, mostram-se enfraquecidas por não levar em consideração as características das populações atendidas. A promoção de uma política institucional de permanência inclusiva necessita que toda a comunidade universitária esteja envolvida na construção e aplicação da proposta.

Desta maneira, a fim de fomentar um programa de permanência universitária que considere a singularidade das pessoas que são assistidas por ele, propomos o ORI: Programa Institucional de Pesquisa, Acolhimento e Fortalecimento de Estudantes Negros e Quilombolas do IMS-CAT/UFBA. O objetivo é contribuir para a permanência universitária e a promoção de saúde mental de estudantes negros e quilombolas na universidade, através da

estruturação de um espaço institucional para o fortalecimento político, acadêmico e subjetivo dos estudantes negros e quilombolas.

Orí é uma palavra em Yorubá que significa cabeça. A mesma é compreendida como uma divindade individualizada que precisa ser cuidada para que o sujeito tenha um bom futuro. A nomeação do grupo com essa terminologia se propõe a reafirmar a importância da singularidade da vivência estudantil de negros e quilombolas na universidade, assim como identificar barreiras e estruturar estratégias que visem atuar na permanência universitária e na promoção de saúde mental.

Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), órgão gestor do programa de assistência estudantil e ações afirmativas da UFBA, se apresenta como um espaço possível para realizar a articulação de novas estratégias de enfrentamento a situações de vulnerabilidade social e econômica das populações socialmente excluídas. A PROAE foi criada com o objetivo de otimizar recursos, concentrar esforços que visem garantir a permanência de estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade social e realizar o enfrentamento a processos discriminatórios (UFBA, 2022).

Uma das suas missões é “contribuir, através de ações afirmativas concretas, para a construção de uma universidade mais democrática em que as diferenças individuais e socioculturais não resultem em desigualdade de oportunidades” (UFBA, 2022). No IMS-CAT/UFBA, a Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (COAE) é a instância subordinada à PROAE, sendo responsável por assegurar e fortalecer a política de permanência do instituto.

O Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) e a COAE desenvolvem, atualmente, uma relação de parceria, embora ainda ocorra de maneira pontual e sem necessariamente identificar as necessidades dos diversos grupos de estudantes atendidos por esses setores.

Nesse sentido, apresenta uma ação fragmentada e pouco eficaz, pois não analisa os aspectos institucionais que impactam diretamente a vida do estudante.

O ORI pretende ser um programa institucional que visa promover espaço de diálogo intersetorial para efetivação de ações articuladas que impactem a permanência e a saúde mental de estudantes negros, quilombolas e indígenas do IMS.

Estruturação

O ORI é uma proposta inspirada nas experiências realizadas pela Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas, através da implementação do Centro de Convivência Negra (CCN) da UNB (Jesus, 2013); e no Programa Conexões de Saberes desenvolvido pela UFMG (Mayorga & Souza, 2012).

Ao tomar como perspectiva o trabalho desenvolvido pelo Centro de Convivência Negra da UNB para a proposta do programa ORI, dois pontos se destacam: o impacto político e institucional do trabalho desenvolvido e o fato de o projeto ter sido construído por uma servidora pública e psicóloga da instituição, o que demarca a importância da constante revisão de práticas para estruturação de uma universidade pluriversal.

O Programa Conexões de Saberes da UFMG, por sua vez, acentua a importância da politização das identidades e experiências estudantis de negros e pobres na universidade como via de constituição de uma política de ação afirmativa que problematize os conflitos existentes, rompendo com a política de subalternização e exclusão de sujeitos não brancos e pobres. Ressalta a importância de articular questões de ordem acadêmica e financeira, mas também deve discutir sobre as estruturas sociais e raciais no Brasil a fim de que os estudantes possam produzir posicionamentos que:

recusem o lugar do incômodo ou do ruído, ou ainda da aculturação ou inclusão subalterna, mas que seja marcado pela valorização da diversidade como um princípio

fundamental para a democracia, a igualdade, a universidade, na forma de vozes que possuem autores, história e legitimidade para se expressar (Mayorga & Souza, 2012, p. 278).

O ORI estruturar-se-á como um programa de pesquisa e extensão permanente do IMS-CAT/UFBA vinculado ao SPA e atuará nos seguintes pontos:

a) Produção de estudos sobre a vivência universitária, saúde mental de estudantes quilombolas, negros e indígenas.

Por meio da estruturação de um grupo de pesquisa com estudantes de graduação e pós-graduação, bem como a construção de parceria com docentes do próprio IMS-CAT/UFBA, buscaremos caracterizar o perfil dos estudantes negros e quilombolas que chegam ao IMS e quais políticas de permanência estudantil acessam, e identificar as barreiras vivenciadas na universidade. Bem como produzir informações para compreensão de como esses estudantes têm vivenciado o IMS-CAT/UFBA.

b) Sensibilização do IMS-CAT/UFBA para a política de apoio à diversidade.

Através da promoção de espaço de formação e discussão a respeito do racismo no Brasil, política de assistência estudantil, saúde da população negra, indígena e quilombola, epistemologias negras e indígenas, entre outros temas que atravessem a vivência dos estudantes da instituição, visaremos a sensibilização da comunidade universitária. Os espaços serão promovidos por meio de seminários, aulas abertas e cursos.

Cabe ressaltar que, desde 2019, a pesquisadora tem desenvolvido espaços de discussão por meio da coordenação do Grupo de Estudo e Trabalho Interdisciplinar de Saúde da População Negra do IMS-CAT/UFBA, com a promoção de aulas-abertas, encontros acadêmicos e grupo de estudo. Algumas das atividades são desenvolvidas em parceria com a

COAE, com outros projetos de extensão da universidade como o *MUTUM – Clube de Cinema, Literatura, Filosofia, Ciência, E Artes Negras – Saúde da População Negra em Foco* e, através de convite a professores e pesquisadores de outras instituições. Dessa maneira, pretende-se utilizar dessas experiências para promoção de outras ações formativas no IMS-CAT/UFBA.

c) Construção de espaços grupais de escuta, acolhimento e fortalecimento dos estudantes negros e quilombolas do IMS-CAT/UFBA, descrito mais detalhadamente a seguir.

Visando a promoção de um espaço que promova letramento racial e acadêmico, propõe-se organizar grupos psicoeducativos destinados aos estudantes de graduação dos diversos cursos do IMS, independente do semestre em que se encontrem. Os encontros serão facilitados por uma profissional psicóloga do IMS-CAT/UFBA e também por convidados de outros setores da instituição, a exemplo, da COAE.

Os temas a serem desenvolvidos serão: reconhecimento da trajetória estudantil; implementação e importância da política de reserva de vagas nas instituições federais de ensino do Brasil; o impacto do racismo na configuração da sociedade brasileira e outros que venham a ser considerados relevantes para o objetivo da proposta. Também se mostra pertinente apresentar: a estrutura administrativa da universidade e o papel da COAE no fortalecimento de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Serão produzidas coletivamente diretrizes para gestão do tempo de estudo, bem como articulação de estratégias individuais e coletivas que contribuam para a permanência universitária. Ao final do grupo, serão produzidos memoriais que serão posteriormente compartilhados no *Instagram* a ser criado pelo programa ORI. A proposta do memorial é dar visibilidade institucional às ações produzidas pelo grupo a fim de sensibilizar a comunidade universitária sobre a temática.

Em relação a um espaço de escuta e acolhimento, será estruturado um grupo de encontro, facilitado por uma psicóloga, para estudantes negros, quilombolas e indígenas que acontecerá uma vez por mês no SPA da instituição.

As oficinas construídas durante a pesquisa apresentaram a importância do espaço grupal como via de fortalecimento dos estudantes negros e quilombolas, assim como, revelaram a ausência de um espaço institucional que favoreça essa organização. Desta maneira, a construção dessas metodologias de trabalho visa acolher a diversidade das experiências estudantis e construir um espaço institucional de fortalecimento de estudantes negros, quilombolas e indígenas.

d) Estruturação de grupo de trabalho de enfrentamento ao racismo institucional na universidade

Propomos a organização de um grupo de enfrentamento ao racismo institucional formado por um representante docente de cada curso, uma representação técnica e representação discente com o objetivo de compreender, em termos institucionais, os mecanismos de denúncia de situações de discriminação racial na UFBA. E, a partir disso, construir um manual educativo e informativo sobre os mecanismos para denúncia e enfrentamento de tal questão.

Apresentamos as linhas gerais para a construção de ações de desnaturalização do racismo institucional considerando a realidade do IMS-CAT/UFBA. Compreendemos também que todas essas ações não serão realizadas de forma imediata, visto o processo de silenciamento que existe em relação a essa temática e por se configurar em ações que requerem o engajamento de vários setores na universidade. Nesse sentido, faz-se necessário primeiramente desenvolver um espaço de problematização da temática.

Considerações finais

Abre caminho!

A finalização da etapa deste trabalho é também o início de um novo ciclo, pois o desenvolvimento desse estudo não se encerra no processo de análise de dados, mas continuará a partir dele, em minha atuação profissional. A proposta do Mestrado Profissional em Psicologia da Saúde do IMS-CAT/UFBA é a proposição de uma intervenção que melhore a realidade analisada e, tendo sido esse o motivo que me fez escolher essa pós graduação, essas considerações finais tem como intuito apresentar as linhas gerais das próximas etapas deste trabalho. Antes disso, contudo, destacamos os passos dados no presente estudo.

O objetivo dessa pesquisa foi *compreender como o racismo institucional influencia a saúde mental de estudantes negros e quilombolas na instituição pública de ensino*. Buscamos: a) descrever como o sofrimento psíquico decorrente do racismo institucional afeta a vida emocional, social, psicológica e a formação dos estudantes negros e quilombolas, em especial por meio do sentimento de não pertença; b) identificar estratégias de enfrentamento ao racismo institucional construídas pelos discentes; c) elaborar estratégias que permitam o acolhimento e a solução de situações discriminatórias na universidade; d) capacitar a Universidade para combater o racismo institucional e seus efeitos na saúde mental da comunidade universitária.

Os artigos construídos tiveram como proposta atender os dois primeiros objetivos específicos deste estudo:

No artigo *Atravessamentos do não saber no corpo negro: impactos do racismo na saúde mental de pessoas negras* propusemos uma reflexão teórica amparada na produção de intelectuais negras e negros sobre a influência da estrutura racista na produção de sofrimento psíquico em pessoas negras, construindo uma articulação para pensar a saúde mental de estudantes negros universitários. A reflexão se estruturou a partir de duas perguntas: a) o

estudante negro na universidade é um estudante ou é um negro? b) quais os caminhos para se tornar um estudante negro universitário?

A universidade, como parte integrante da sociedade, pode reproduzir uma série de violências presentes nesta, entre elas, a racial. Nesse sentido, reconhecer que o racismo pode integrar esse espaço é imprescindível para a revisão de práticas institucionais que influenciam na exclusão de estudantes negros e quilombolas. Ao questionar se é possível ser um estudante negro na universidade, colocamos no centro da discussão como essa estrutura não inclui efetivamente os sujeitos negros - ainda se percebe a limitada presença de técnicos administrativos, docentes e discentes negros, assim como, a ausência de discussões a respeito de questões raciais no Brasil.

Essa presença limitada de pessoas negras na universidade marca a existência do racismo institucional que, de acordo com Jurema Werneck (2016), não se refere apenas à ação, mas também à omissão frente às questões raciais. Desta maneira, discursos que deslegitimam a existência do racismo no espaço acadêmico podem influenciar em como as pessoas negras e quilombolas se percebem em um ambiente que é majoritariamente branco, bem como mantém as pessoas brancas em uma zona de conforto que não possibilita o questionamento e mudança do cenário universitário.

Baseado no trabalho dos intelectuais como Frantz Omar Fanon, Lélia de Almeida Gonzalez, Neusa Santos Sousa, Sueli Carneiro, Silvio Almeida, Maria Lúcia Silva, Grada Kilomba, dentre outros, afirmamos que uma das possibilidades de tornar-se um estudante negro na universidade é romper com o lugar de silenciamento. Para isso, a nomeação das violências raciais e a historicização das lutas e das produções do povo negro mostra-se imprescindível. O movimento de tomar a palavra e levantar a voz, como nos diz Neusa Santos Souza, coloca os estudantes negros e quilombolas como sujeitos - aqueles que podem falar e que serão escutados. No entanto, cabe destacar que romper com o lugar de

silenciamento não é uma ação individualizada, mas requer uma estrutura institucional que garanta suporte e apoio a esses sujeitos.

No artigo *Permanência Universitária e Racismo Institucional: uma revisão de literatura* constatamos que, embora tenha acontecido uma série de debates sobre a política de ações afirmativas no início da implementação da política, as discussões foram diminuindo com o passar dos anos ou foram centradas na perspectiva de acesso, com pouca ênfase na permanência dos estudantes negros, quilombolas e indígenas. Nesse artigo analisamos dois pontos: a) estratégias estudantis para a permanência na universidade; b) programas institucionais para a permanência de estudantes.

A pesquisa da literatura demonstrou que os estudantes negros e quilombolas ainda continuam sendo discriminados devido ao acesso à universidade através da política de ações afirmativas; apontou ainda que há sub-representatividade de docentes negros nas universidades, além da ausência de discussão nos cursos sobre a questão da discriminação racial, o que influencia na reprodução das violências raciais. Os estudantes negros construíram formas individuais e coletivas de enfrentamento ao racismo institucional que vão desde o silenciamento até à construção de coletivos políticos, de militância e de apoio mútuo.

Em relação aos programas institucionais, as universidades adotaram formas distintas de gerir a política de ações afirmativas: alguns programas de permanência foram construídos de forma setorizada, o que produziu como resultado o não envolvimento e engajamento de toda a universidade para pensar as questões raciais no Brasil, aspecto que fragilizou as ações desenvolvidas. Já os programas de permanência que obtiveram mais êxito buscavam a promoção de uma política institucional inclusiva não apenas na perspectiva dos discentes, mas no envolvimento da universidade como um todo, o que inclui técnicos, docentes, discentes e terceirizados, visando a promoção de espaços que apontassem para a transformação da universidade.

O artigo *Perigo é não olhar: influência do racismo institucional na vida universitária* analisou a realidade de estudantes negros e quilombolas, do Instituto Multidisciplinar em Saúde, da Universidade Federal da Bahia, localizado no interior do estado e identificou fatores na vivência desses estudantes que influenciam negativamente a saúde mental e a permanência universitária, entre eles:

a) A percepção da disparidade da educação no ensino médio público com o ensino médio privado como um fator que gera angústia e, inicialmente, dificuldade de adaptação à rotina no ensino superior, constituindo-se como um estressor quando não se analisa o contexto social de precarização do ensino público e se considera a responsabilidade como um fator individual de competência.

b) O sentimento de solidão também foi expresso pelos participantes como compondo a vivência universitária - que é destacado desde a limitada presença de pessoas negras na docência, no corpo discente e técnico até a ausência de uma grade curricular que inclua o estudo da diversidade.

c) Situações de vivências do racismo institucional de forma direta também foram apontadas pelos participantes, seja a discriminação quanto à origem, por ser integrante de uma comunidade quilombola, ou por ter ingressado pelo sistema de cotas.

A discussão teórica, a revisão de literatura e análise das oficinas apresentam alguns pontos em comum presentes na vivência de estudantes negros e quilombolas na universidade: o sentimento de solidão, o racismo institucional, a invisibilização no espaço acadêmico e a limitação de ações institucionais que articulem práticas de saúde mental e permanência universitária.

Esses três artigos servem como orientação para alcançar os dois últimos objetivos específicos - propor um programa que permita o acolhimento e a solução de situações

discriminatórias na universidade; instrumentalizar a Universidade para combater o racismo institucional e seus efeitos na saúde mental da comunidade universitária.

Utilizando como base as ações desenvolvidas na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a respeito do ingresso e permanência de estudantes negros e de baixa renda na universidade, que se apresentaram como experiências exitosas, propomos um caminho que convoca o IMS-CAT/UFBA a se articular a fim de debater e construir ações de enfrentamento ao racismo institucional, de promoção de saúde mental e permanência universitária.

A partir disso, propomos o ORI: Programa Institucional de Pesquisa, Acolhimento e Fortalecimento de Estudantes Negros, Quilombolas e Indígenas do IMS-CAT/UFBA que tem como objetivo contribuir para a permanência universitária e a promoção de saúde mental de estudantes negros e quilombolas na universidade através da estruturação de um espaço institucional para o fortalecimento político, acadêmico e subjetivo dos estudantes negros e quilombolas.

O ORI constituir-se-á como um programa de pesquisa e extensão que se articula a partir de quatro pontos:

a) produção de estudos sobre a vivência universitária de estudantes quilombolas, negros e indígenas na universidade - a construção de pesquisas sobre a vivência e saúde mental de estudantes negros, quilombolas e indígenas na universidade visa romper com a política de padronização das experiências dos estudantes universitárias, visto que poucos estudos sinalizam o impacto das questões raciais, de gênero e origem, aspecto sinalizado nos artigos anteriores.

b) sensibilização do IMS-CAT/UFBA para a política de apoio à diversidade - tem como objetivo proporcionar o engajamento de todos os atores na efetivação de uma política de apoio a diversidade.

c) construção de espaços grupais de escuta, acolhimento e fortalecimento dos estudantes negros e quilombolas do IMS-CAT/UFBA - a constituição de espaços que atuem na lógica promotora de debate e de fortalecimento da comunidade negra e quilombola da universidade é uma forma de proporcionar aos estudantes a aquisição de recursos sociais e subjetivos para nomear os seus sentimentos e atuar em mecanismos que influenciam a permanência e a promoção da saúde mental, como a organização de espaços coletivos que visem afirmar positivamente a identidade negra e desnaturalizar as violências vivenciadas.

d) estruturação de grupo de trabalho de enfrentamento ao racismo institucional na universidade – compreender os mecanismos de denúncias das violências institucionais sofridas pelos estudantes e organizar estratégias que assegurem o acolhimento dos mesmos e garanta a responsabilização institucional daqueles que cometem tal ato é uma maneira romper com a política de silenciamento institucional.

Os eixos estruturados pelo programa têm como fundamento fomentar uma política universitária que revise as suas práticas em busca de uma instituição democrática, antirracista e inclusiva. Este estudo buscou compreender como o racismo institucional atravessa a instituição de ensino superior e influencia no sofrimento psíquico e na permanência universitária dos estudantes negros e quilombolas. Afirmamos que só a partir da nomeação das violências podemos agir de maneira eficiente na construção de políticas institucionais que realmente garantam a inclusão da diversidade. E da palavra podemos passar à ação.

Referências

- Aires, S. (2021). Mal-Estar na Universidade: um diálogo sobre o neoliberalismo. In: Brunhari, M.V, Moretto, M.L.T., Perez, G.H., & Vasconcelos, S.C. (Org.), *Diversidade e Mal-Estar na Saúde: Modos de Cuidar*. (v. 1, pp. 190-197). São Paulo: Zagodoni.
- Aires, S., & Tavares, J.S.C., (2021). Encruzilhadas e Entrelinhas: a atualidade do pensamento de Neusa Santos Souza. In: David, E.C., Passos, R.G., Faustino, D.M., & Tavares, S.C.T. (Org.), *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental Pioneirismo Negro*. 1 ed. São Paulo: Hucitec.
- Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen.
- Asante, M. (2009). Afrocentricidade como um novo paradigma. In: Nascimento, E. L (Org.), *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro.
- Araújo, M.A.D de; Macedo M.N. (2022, 5 a 7 de outubro). O desmonte da educação superior no governo [Bolsonaro Relato Técnico. Sociedade Brasileira de Administração Pública]. IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/ SP. <https://sbap.org.br/ebap-2022/358.pdf>
- Batista, N. C. (2018). Cotas para o acesso de egressos de escolas públicas na Educação Superior. *Pro-Posições*, 29 (3), 41–65. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0158>.

Bento, M.A.S. (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, I., & Bento, M.A. (org.), *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp. 25- 57). Petrópolis, RJ: Vozes.

Borges, N. S. (2018). *O negro na universidade: trajetórias e estratégias de permanência dos estudantes cotistas na universidade federal fluminense* [Dissertação de Mestrado, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET].
http://dippg.cefetrij.br/pprer/attachments/article/81/106_Nathalia%20Silva%20Borges.pdf

Brasil (2016). Ministério da Saúde. *Resolução 510 do CNS*. Conselho Nacional de Ética em Pesquisa. Brasília: Ministério da Saúde. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.17212016>.

Campos, L. R. (2016). *Do quilombo à universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à permanência*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará].
<http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/Lals.pdf>.

Caregnato, R., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Contexto Enferm*, 15(4), 679-84.
<https://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>.

Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo]. <https://repositorio.usp.br/item/001465832>.

Carneiro, S. (2010) Pela permanência das cotas raciais nas universidades brasileiras. Portal

Geledés. <https://www.geledes.org.br/pela-permanencia-das-cotas-raciais-nas-universidades-brasileiras/>

Carvalho, J. J. (2003). Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In Silva, B. G., & Silvério, V. R., *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. (pp. 161-192) Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Carvalho, R. S., Sampaio, S. S., Sena, Y. S., Costa, I. F.O.L., Reis, A. O.P., Lima, S. A.B., &

Pastana, I.F. (2021). Raça e saúde mental de estudantes negros: uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, 10(9).

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18369/16374>

Cavalli, G., & Miotto, T. Conselho Indigenista Missionário (2018). Estudantes indígenas e quilombolas marcham e fazem ato em Brasília por política de permanência nas universidades. [site]. <https://cimi.org.br/2018/06/estudantes-indigenas-e-quilombolas-marcham-e-fazem-ato-em-brasilia-por-politica-de-permanencia-nas-universidades/>

Cunha, E. O. (2017). *Implementação da política de permanência de estudantes na Universidade Federal da Bahia* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia]. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24870>.

Damasceno, M. G., & Zanello, V. M. L. (2018). Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 450–464. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>

Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (2010). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

Doebber, M. B. (2011). *Reconhecer-se diferente é a condição de entrada: tornar-se igual é a estratégia de permanência: das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/37379>.

Fanon, F. (1963/2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA

Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

Faustino, D. M. (2015). “Por que Fanon? Por que agora?”: *Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7123/TeseDMF.pdf?sequence=1&is%20Allowed=y>.

Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. (2. Ed.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Freitas, W., & Jabbour, C. (2011). Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. *Estudo e debate*, 18(2), 7-22. Recuperado de <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560>

Gouveia, M., & Zanello, V. (2019). Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em estudo*, 24(42738). 1-15. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738>

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019) Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. 41. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf15

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020) *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral*, Tabela 6403 - População, por cor ou raça. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>

Jesus, J. G. (2013). O desafio da convivência: assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), 222-233. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100017>

Kilomba, G. (2008/ 2019) *Mémoires da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cogobó.

Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012. (2012). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF:

Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

Lei n. 12.990 de 9 de junho de 2014 (2014). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF:

Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm

Lemos, I. B. (2017). Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade.

Revista Brasileira de Educação, 22(71), 1-15. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227161>

Lima, S. M. A. (2016) *A permanência de estudantes negros(as) na Universidade Federal do*

Paraná: aspectos material e simbólico [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná]. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/45477>.

Marques, E. P. S. (2018). O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade

negra. *Revista Brasileira de Educação*, 23(230098), 1-23. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230098>

Martins, T.V., Lima, T. J.S., & Santos, W. S. (2020). O efeito das microagressões raciais de

gênero na saúde mental de mulheres negras. *Ciência e saúde coletiva*, 25(7). DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>

Mayorga, C., & Souza, L. M. (2012). Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. *Rev. psicol. Polít.*, 12(24), 263-281.

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n24/v12n24a06.pdf>

Melo, T. S. (2018). *Democratização do ensino superior: acesso e permanência de estudantes quilombolas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia].

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28597>

Mendonça, H. (2019). Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez. *El País*.

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html

Murr, C. E. (2010) *Física quântica e objetividade científica: algumas ideias filosóficas de Erwin Schrödinger* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/93910/278116.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Perez, C. A. (2017). *Estratégias de permanência de estudantes negros e cotistas: uma análise sobre a Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade do Estado de Mato Grosso no período de 2011 a 2016* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado de Mato Grosso]. Cárceres, MT.

http://portal.unemat.br/media/files/PPGEdu/Dissertacoes/Defendidas_2017/Cl%C3%A1udia_Alves_Perez.pdf

Pimentel, Á. (2013). *O encontro e a troca: ensaios de antropologia do aprender e genealogias do conviver*. Salvador: EDUFBA.

Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. (2013). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: Presidência da República. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30550825

Rebouças, M.S.S, & Dutra, E. (2010). Plantão Psicológico: uma prática clínica na contemporaneidade. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 16 (1): 19-28.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100004

Ricardo, L. (2020). *Corte de R\$ 4,2 bilhões representa um retrocesso de dez anos na educação do país* [Blog]. <https://www.sinprodf.org.br/corte-de-r-42-bilhoesrepresenta-um-retrocesso-de-dez-anos-na-educacao-do-pais/>

Rocha, A.A. (2013, 14 a 16 de outubro). A identidade territorial de vitória da conquista em seu processo de formação socioespacial e urbanização. In I Colóquio Baiano Tempos, Espaços e Representações : abordagens geográficas e históricas, Universidade Estadual da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia.

Santos, A., Jr., Rachkorsky, L.L., Ronzoni, P. Dogra, N., & Dalgarrondo, P. (2016). Experiências Percebidas de discriminação e saúde mental: resultados em estudantes universitários brasileiros. *Serv. Soc. & Saúde*, 15(2), 273-298.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8648121/14989>

Santos, D. B. R. (2009). *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa* [Tese de Doutorado, Universidade Federal

da Bahia].

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>

Santos, M. C. E. M. (2009). *Sou Cotista, e Agora? Uma análise das condições de permanência numa Universidade Multicampi* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia]. <https://docplayer.com.br/74465285-Maria-cristina-elyote-marques-santos-sou-cotista-e-agora-uma-analise-das-condicoes-de-permanencia-numa-universidade-multicampi.html>.

Santos, T. C. (2017). *Universidade, Território e Emancipação: Quilombolas Estudantes no Ensino Superior* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25339>.

Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/10.pdf>.

Silva, M. L. (2017, 21-23 de agosto). *Universidade e Racismo*. [Texto ampliado e originalmente apresentado na Mesa 3: Políticas sociais e educacionais: conquistas e novas lutas]. Seminário raça negra e educação: 30 anos depois - e agora do que mais precisamos falar? Fundação Carlos Chagas e parceiros. Título original: A população negra, a educação e os efeitos psicossociais do racismo.

Sousa, N. S. (1983) *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

- Souza, A. da S., & Carneiro, V. T. (2017). O Plantão psicológico numa perspectiva humanista-fenomenológica. *Revista Extensão & Cidadania*, 4(7). DOI: <https://doi.org/10.22481/recuesb.v4i7.2400>
- Spink, M., Menegon, V., & Medrado, B. (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 32-43. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100005>.
- Tavares, J. S. C. & Kuratani, S. M. A. (2019). Manejo clínico das repercussões do racismo entre Mulheres que se “tornaram negras”. *Psicologia Ciência e Profissão*. (Impr.) 39. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>
- Teixeira, A. M. B. (2020). *Tensões subjetivas e culturais na experiência identitária de ser um/a estudante universitário/a negro/a: a emergência de um Self Decolonial* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia]. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32442>
- Trevisol, J. V., & Nierotka, R. L. (2016). Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *Revista Katálysis*, 19 (1), 22-32. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003>.
- Trindade, L. R. (2018) *Universitários Negros: Acesso ao saber escolar e o processo de (re)construção da identidade* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9899>.

Universidade Federal da Bahia. (n.d). O instituto. Recuperado em 20 de setembro de 2022 de <https://www.ims.ufba.br/institucional/o-instituto>

Universidade Federal da Bahia (2009). Projeto pedagógico do curso de psicologia. Salvador, Bahia.

Universidade Federal da Bahia (2016). Congresso da UFBA discutirá Plano Nacional de Assistência Estudantil. https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/congresso-da-ufba-discutir%C3%A1-plano-nacional-de-assist%C3%Aancia-estudantil

Vitória da Conquista. (2020). Prefeitura Municipal. *Vitória da Conquista fica em terceiro lugar no prêmio nacional de inovação para juventude.*

<https://www.pmvc.ba.gov.br/vitoria-da-conquista-fica-em-terceiro-lugar-no-premio-nacional-de-inovacao-para-juventude/>

Vitória da Conquista. (2023). Prefeitura Municipal. *Prefeita reafirma compromisso de investir em infraestrutura educação e saúde para comunidades quilombolas.*

<https://www.pmvc.ba.gov.br/prefeita-reafirma-compromisso-de-investir-em-infraestrutura-educacao-e-saude-para-comunidades-quilombolas/>

Wedderbun, C. M. (2005) Racismo: passado conflituoso, presente comprometido, futuro incerto. In: *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade.*

<http://www.ammapsique.org.br/baix/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf>

Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde soc.*, 25(3), 535-549. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>

Tabela 1

Perfil sociodemográfico dos participantes.

Nome	Idade	Curso	Ano de Ingresso	Gênero	Ação Afirmativa para Ingresso	Auxílio Permanência
Makota Valdina	36	Psicologia	2020	Mulher Cis	Quilombola	Alimentação
Maria Filipa24		Nutrição	2015	Mulher Cis	Quilombola	Alimentação e Transporte

Ivone Lara	25	Enfermagem	2017	Mulher Cis	Quilombola	Permanência
Ruth de Souza	23	Psicologia	2017	Mulher Cis	Negro	Não possui
Aqaltune	22	Psicologia	2020	Mulher Cis	Negro	Permanência
Luiz Gama	29	Psicologia	2021	Homem Cis	Negro	Não possui
Carlos Marighella	22	Psicologia	2018	Homem Cis	Negro	Moradia e Alimentação

Apêndices

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Natiene Ramos Ferreira da Silva, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Federal da Bahia, estou sendo orientada pela professora Suelly Aires Pontes e vou desenvolver uma pesquisa, em parceria com os assistentes Flavia Alves do Rosário e Hebert Luan Pereira Campos dos Santos. A pesquisa se chama **ORI Saúde mental de estudantes negros e quilombolas de uma universidade pública: continuidade de uma política de inclusão e permanência universitária** e tem como objetivo compreender como o racismo institucional impacta a saúde mental de estudantes negros e quilombolas na instituição pública de ensino e, a partir do diagnóstico, planejar um programa de enfrentamento com elaboração de protocolos que permitam o acesso, o acolhimento e a solução de situações discriminatórias na universidade.

É preciso coletar algumas informações, e para tanto, será necessário o preenchimento de um questionário sociodemográfico e a participação em uma oficina que acontecerá de forma online na plataforma *Zoom meeting* ou *Google meet*, com duração de até 4 horas, que será gravada, se for permitida pelos participantes. Nestas oficinas, serão discutidas algumas questões, como por exemplo, a vivência de um estudante negro e/ou quilombola na UFBA, situações de discriminação vivenciadas nesse espaço, os comportamentos que foram desenvolvidos para lidar com as situações discriminatórias, e se esses comportamentos foram eficazes para o enfrentamento da situação. É possível que algum incômodo seja causado ao falar sobre esse assunto, que é um tema sensível, e, portanto, você tem o direito de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum constrangimento.

No que tange aos riscos de participação, tem-se o possível desencadeamento de lembranças desagradáveis/dolorosas a respeito de situações de discriminação racial na

universidade ou em outros contextos, bem como a possibilidade de ser identificado por ter adentrado na universidade por meio do sistema de reserva de vagas. Como benefício na participação da pesquisa, tem-se a possibilidade de detecção precoce de situações de sofrimento mental e viabilização do manejo clínico da situação a partir de encaminhamentos às instâncias universitárias, de construção de uma rede de suporte entre os participantes e de compartilhamento de experiências que possibilitem a aquisição de comportamentos para enfrentamento de situações discriminatórias. A participação é voluntária e não apresenta recompensa financeira.

Você está sendo convidado/a a participar desta pesquisa, e deixamos claro que as informações obtidas serão confidenciais, seus dados pessoais serão protegidos, a participação na pesquisa é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma como você é atendido/a pela pesquisadora e pela instituição. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de cinco (5) anos e após esse tempo serão destruídos.

Sua identidade será mantida em sigilo de acordo com padrões profissionais, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. No final da pesquisa, você terá acesso aos resultados alcançados.

Aproveito para informar que este documento será enviado por e-mail, através de um *link* em que será requisitado o aceite de participação da pesquisa, assim como será enviada uma via assinada pela pesquisadora e pelo participante da pesquisa. Como responsável pelo processo, estaremos disponíveis a qualquer momento para esclarecer dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, nos seguintes endereços:

Natiene Ramos Ferreira da Silva: (71) 98844-1986, ramosnatiene@gmail.com; Rua Hormindo Barros, 58, Quadra 17, Lote 58 Bairro Candeias - CEP: 45.029-094 – Vitória da Conquista – BA, Brasil.

Suely Aires Pontes: (71) 98181-0759, suely.aires7@gmail.com, Instituto de Psicologia. Estrada São Lázaro, 197 – Federação – CEP: 40.210-730 - Salvador - BA, Brasil.

“Eu, _____, portador/a do documento de identidade _____, fui informado/a dos objetivos da pesquisa “ORI Saúde mental de estudantes negros e quilombolas de uma universidade pública: continuidade de uma política de inclusão e permanência universitária”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas”.

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável pelo projeto

Apêndice B - Termo de autorização de uso de imagem e depoimentos

Eu _____, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, as pesquisadoras Natiene Ramos Ferreira da Silva, Suely Aires Pontes, Flavia Alves do Rosário e Hebert Luan Pereira Campos dos Santos, do projeto de pesquisa intitulado “**ORI Saúde mental de estudantes negros e quilombolas de uma universidade pública: continuidade de uma política de inclusão e permanência universitária**”, a colherem meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destes depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, *slides* e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei n.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Vitória da Conquista - BA, ___ de _____ de _____.

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável pelo projeto.

Apêndice C - Questionário sociodemográfico

Nome _____

Idade _____

Gênero : Mulher cis Homem cis Mulher trans Homem trans Travesti

Não binário.

Renda Familiar _____

Local de nascimento _____

Reside com quem? _____

Escola que cursou o ensino médio: pública privada

Possui auxílio estudantil? : Sim Não Qual _____

Curso _____ Ano de ingresso _____

O curso escolhido é a primeira opção? sim não

Se a resposta anterior for negativa, qual era a primeira opção:

Por qual sistema de vagas acessou a universidade?

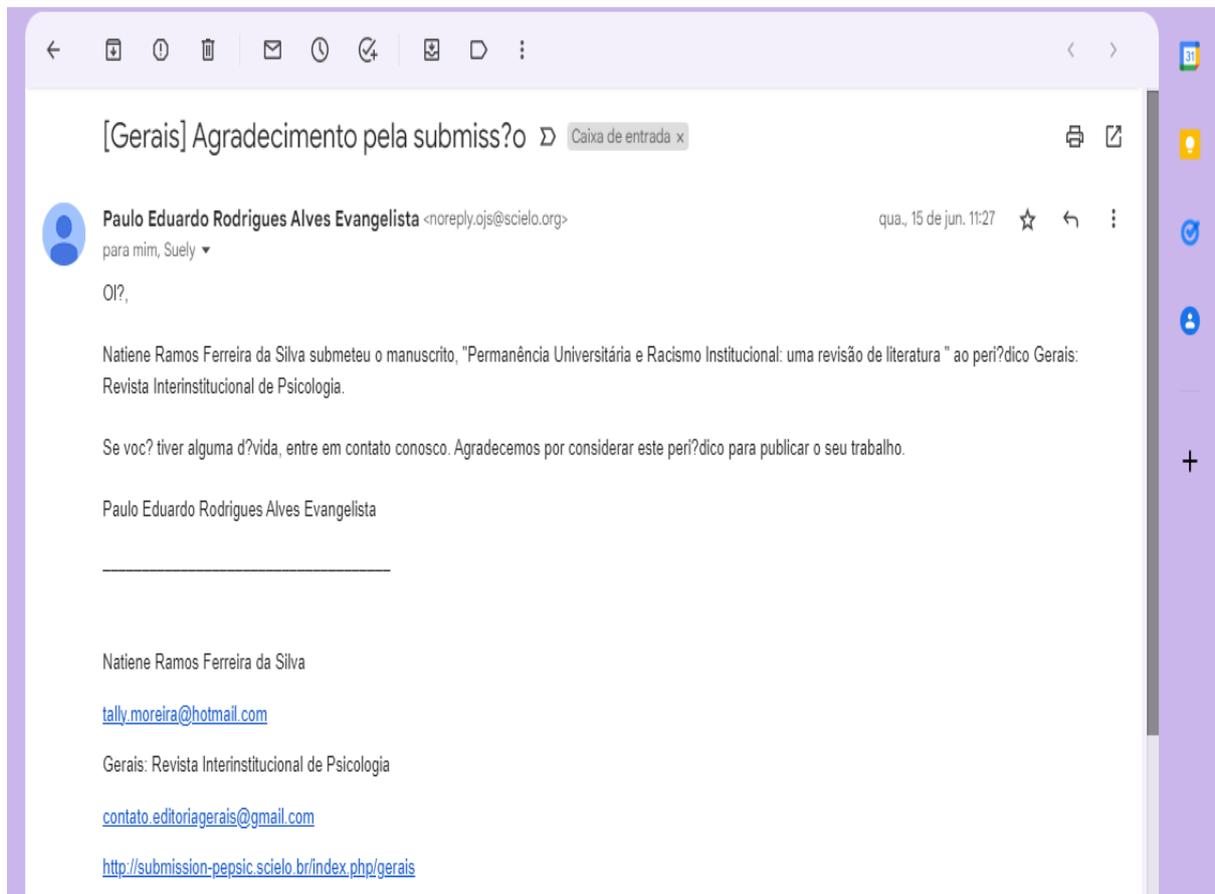
Levou quanto tempo de estudo até a primeira aprovação na universidade? _____

Participa de algum projeto? sim não

Qual? Pesquisa Extensão

Se sim, por quanto tempo? _____

Anexo A



Anexo B

Confirmação da submissão

 imprimir

Obrigado pela sua submissão

Submetido para Psicologia USP

ID do manuscrito PUSP-2022-0139

Título Perigo é não olhar: influência do racismo institucional na vida universitária

Autores Ferreira da Silva, Natiane
Pontes, Suely

Data da submissão 07-nov-2022
